

*Conclusão do que se expôs até agora*

Os meus leitores devem ter percebido que, até aqui, demonstrei que o ouro e a prata possuem um verdadeiro valor intrínseco, que não decorre nem do seu uso como moeda, nem do nosso capricho, nem do consenso das nações. Para chegar a esse resultado, foi necessário que examinasse os princípios do valor das coisas em geral e os aplicasse ao ouro e à prata. Em seguida, esclareci que eles possuem esse valor intrínseco, não só antes, mas também depois que começaram a ser usados como moeda, porque valem e são usados mais como metais que como moedas. Mas tudo isso que foi dito sobre o valor intrínseco, podendo ser comum também a outras mercadorias preciosas, de nada serviria se não se procurasse saber por que a moeda é feita só de ouro e de prata, e não de gemas, de peles raras, de porcelana, de pedras duras, de âmbar, de cristal ou de uma outra coisa qualquer. E espero demonstrar para todos que nem mesmo esse fato decorre do consenso ou da nossa escolha, mas que é a própria natureza da moeda a fazer que seja mais cômodo usar o ouro e a prata em vez de uma outra coisa qualquer. A essa demonstração destina-se o capítulo seguinte.

## CAPÍTULO IV

*Por que os metais são necessários para a moeda. Definição de moeda.  
Propriedades dos metais necessárias para a moeda. Conclusão*

*As grandes instituições não são obra dos homens*

De todas as instituições maravilhosas e realmente úteis que existem na vida civil, acredito firmemente que nenhuma se deva à sabedoria da nossa mente, mas todas são pura e exclusivamente dons de uma Providência amiga e benfazeja. E como as grandes coisas têm início modesto e imperceptível, crescimento lento e força inexpugnável de desenvolvimento, pois são regidas pela própria natureza, que lhes imprime movimento, o homem não pode dar-se conta do seu início, nem deter seu crescimento, nem, uma vez constituídas, pode desfazê-las. Com efeito, como o poder de homem algum se estende além dos limites de sua breve vida, não lhe seria possível, antes de nascer, antecipar-se às coisas novas, nem ter certeza, depois de morto, de que seria obedecido conforme seus planos. Mas é bem verdade que os homens, quando vêem alguma instituição bem constituída, se gabam de ter sido eles os fundadores e se apressam, como eles dizem, a aperfeiçoá-la. Mas nem essa perfeição se deve em tudo aos homens, porque, ou ela é conforme à índole da coisa, e se mantém, ou lhe é contrária, e se desfaz por si mesma. Rômulo, certamente, não pensou em fundar um vasto império e Augusto não percebeu que, enquanto o aperfeiçoava e consolidava, o estava desman-

telando. A mesma virtude que contribuiu para engrandecer a República e os vícios que a destruíram, nasciam nos homens em consequência dos ordenamentos e dos defeitos daquele Estado, capazes de produzir tais efeitos.

E para voltar ao nosso assunto, a instituição da moeda é sem dúvida alguma da máxima importância, mas não é verdade que foram os homens os primeiros a pensar em usá-la. Como já relatei, começou-se a usá-la quase sem saber que se estava usando e sem compreender a sua utilidade. Depois que se tornou conhecida e de uso comum, os homens buscaram melhorá-la e, como a natureza dela o permitia, facilitaram o uso através da cunhagem ou de outros meios. Mas deve-se dar por certo, e é isto que quero demonstrar neste capítulo, que se chegamos a usufruir da moeda foi porque a Providência dispôs as coisas de tal forma que, uma vez conhecidos os metais, necessariamente ela devia ser introduzida. Uma vez introduzida a moeda, não foi mais possível dispensar os metais, nem substituí-los por uma outra mercadoria, em razão das necessidades daquela e das propriedades destes.

Espero que esse assunto, tão importante, seja igualmente agradável e proveitoso para os meus leitores.

*A moeda não foi instituída pelo consenso universal*

Fazem rir, portanto, os muitos que afirmam terem os homens se reunido e decidido, todos ao mesmo tempo, usar esses metais, por si sós sem uso algum, como moeda, e, dessa forma, lhes terem conferido valor. Onde é que haveriam de ser tais reuniões, tais convenções de todo o gênero humano? Qual o século, qual o lugar, quais os delegados por meio dos quais os espanhóis e os chineses, os godos e os africanos teriam chegado a um acordo tão estável que, mesmo depois de muitos séculos, quando um povo até ignorava a existência de outro, nunca mudariam de idéia? Os bárbaros que destruíram o Império e os romanos que o defendiam, sendo inimigos obstinados e adversários em todas as outras coisas, teriam concordado nesta única questão, a de considerar o ouro e a prata como riqueza? Pois sim, mas é preciso dizer que quando todos os homens concordam numa mesma concepção e persistem nela por muitos séculos, certamente ela não é resultado da deliberação de reuniões havidas aos pés da

torre da Babilônia ou na saída da arca. Mas é resultado das disposições do nosso espírito e da constituição intrínseca das coisas, pois essas, sim, são e sempre foram as mesmas em todos os tempos.

E que seja como estou dizendo, parece-me que possa ser demonstrado claramente, como poderão ver pelas argumentações que seguem.

*Demonstra-se a conexão que existe entre a moeda e os metais*

Caso se queira mostrar a conexão necessária entre duas coisas, convém antes examinar bem a natureza de ambas e, em seguida, a partir do conhecimento obtido, descobrir a concatenação indissolúvel que existe entre elas. Começarei, então, investigando a natureza da moeda e, em seguida, falarei sobre as propriedades da prata e do ouro, de forma a demonstrar que aquela não pode existir sem estes. E embora deva tratar da moeda no livro seguinte, uma vez que entrei no assunto, vou dar desde já suas definições, reservando para o segundo livro as explicações e as demonstrações devidas.

*Definições da moeda*

A moeda é de duas espécies: *ideal* e *real*; e serve a dois usos diferentes: para avaliar as coisas e para comprá-las. Para avaliar, a moeda ideal serve tanto quanto a real, e talvez até mais. Com efeito, na avaliação de alguma coisa, toda moeda é considerada antes como ideal; e isso quer dizer que uma única palavra, um único número, é suficiente para avaliar todas as coisas, não consistindo o preço senão numa relação que se expressa e se entende perfeitamente através de números.

*Definição da moeda como medida dos preços das coisas*

Por isso, em relação a esse uso, defino a moeda assim: *a moeda é uma medida comum para saber o preço de todas as coisas*. E esse uso é muito mais útil do que se possa imaginar, porque sem uma medida comum não se pode conhecer bem a relação entre as coisas, uma vez que, referindo-se uma coisa a uma outra, se conhece apenas a relação entre as duas. Se eu disser: “Um barril de vinho vale cinquenta libras

de pão”, não conhecerei outra relação senão a que existe entre o trigo e o vinho. Mas se eu soubesse que o barril de vinho vale um ducado, teria, de imediato, a idéia clara da relação entre o vinho e um infinito número de gêneros, cujos preços eu já conheço. E com que facilidade se chega a adquirir esse conhecimento, todos nós o sabemos. Quanto à utilidade disso, não acredito que se possa pôr em dúvida, visto que nossa felicidade não provém senão da formação de juízos corretos e verdadeiros, e todas as desgraças, sem exceção alguma, não têm outro pai senão o erro. E os juízos nunca serão verdadeiros se as idéias não estiverem bem claras no intelecto.

*Outra definição da moeda como equivalente de todas as coisas*

Outro uso da moeda é o de comprar aquelas mesmas coisas que são avaliadas por ela. Para essa função só serve a moeda real, isto é, o metal; e se se fazem compras com algumas outras espécies de coisas, isso é possível porque elas representam o metal, o que significa dizer que o metal, originária e absolutamente, é o que compra e equivale a tudo. Julgo, portanto, que se deva definir a moeda real nestes termos: *a moeda são pedaços de metal que a autoridade pública mandou dividir em partes, iguais ou proporcionais entre si, e que são dados e aceitos tranquilamente por todos como penhor e garantia perpétua de poder receber de outro, quando quer que seja, um equivalente do que foi dado em troca desses pedaços de metal.* Essa definição parece-me bastante clara, e não acredito que possam surgir dificuldades em relação àquelas compras em que exista fraude ou engano, pois é preciso lembrar que os preços e os contratos são avaliados em moeda ideal e realizados com a real, de forma que, ao medir mal uma coisa, os erros recaem sempre sobre a medida comum, que é a moeda ideal. Não recaem sobre a moeda real, que é sempre, quando não há erro ou má-fé, um equivalente verdadeiro e fiel.

*Propriedades dos metais relativas à sua aptidão para servir de moeda. O seu peso*

Explicado cada uso da moeda, passo a tratar da natureza dos metais, principalmente do ouro e da prata. Os metais são os elementos mais pesados da natureza, que se derretem ao fogo, se tornam sólidos e endurecem com o frio, e, por meio de instrumentos mecânicos, tomam a forma que quisermos. Sua utilidade no uso como moeda não tem nada a ver com seu

peso, mas tão-somente com a sua fusibilidade e maleabilidade. Mas talvez não seja inútil saber que a proporção entre o peso do ouro e da prata é de 19.636 para 11.087, em caso de a prata ser puríssima.<sup>53</sup> Conforme essa mesma escala, o chumbo pesa 11.345, o argento-vivo 14.019, a água comum 1000. E ainda, uma polegada cúbica de ouro de pé parisiense pesa 12 onças, 2 grossos, 37 grãos, de acordo com as medidas francesas; uma polegada cúbica de prata, pesa 6 onças, 5 grossos, 38 grãos; mas nesse caso se trata de uma prata muito menos trabalhada ao fogo e, portanto, mais leve. Isso quanto ao peso. Mas volto a insistir que esse fator não contribui em nada para o valor dos metais, como se pode ver com o chumbo, bem mais pesado que a prata.

O mesmo diga-se de muitas propriedades do ouro e da prata, a respeito das quais é um erro acreditar que lhes confirmam mais valor, embora Plínio e depois dele todos os outros as tenham enumerado como muito importantes, porquanto o que não chega a modificar a utilidade ou a raridade, nunca modifica o valor. John Locke diz justamente que no caso de alguma coisa possuir uma propriedade de grande utilidade para a vida, se não aumentar o consumo, o preço não aumenta. Assim, se se descobrisse que com o trigo seria possível preparar um remédio de eficácia certa contra as pedras nos rins, aumentariam as virtudes do trigo, mas não o seu preço. Se as espigas de milho tivessem a mais linda cor de púrpura que existe, seriam mais bonitas; mas se não tivessem um novo uso, não seriam mais caras. E para confirmar a verdade do que estou dizendo, será oportuno examinar aqui brevemente aquelas propriedades do ouro e da prata que são louvadas despropositadamente como as responsáveis por terem induzido os homens a usá-los como moeda, e ponderar se as coisas são como diz Plínio.<sup>54</sup>

53. Conforme está escrito nas *Atas filosóficas*, n. 169, p. 926 e n. 199, p. 694. [N.d.A.] Trata-se das *Philosophical Transactions of the Royal Society*, (Londres, 1665-1775).

54. "Julgo que a maior qualidade desse metal não é nem a cor, nem o peso [...] mas o fato de ser a única coisa que não é destruída com o fogo, nem nos incêndios nem nas fogueiras. [...] Um segundo e mais importante motivo, é que se consome muito pouco com o uso. [...] Não há outro metal que possa dilatar-se mais, ou ser mais divisível. [...] E sobretudo não há ferrugem ou outro fenômeno semelhante que possa estragar sua boa qualidade ou diminuir seu peso. Também é inatacável pelos sais e pelos ácidos, que costumam corroer as substâncias. E acima de tudo, pode-se entrelaçar e tecer como a lã, mas sem a lã." (*História natural*, XXXIII, 19, 3)[N.d.A.]

*Muitas propriedades dos metais preciosos não têm valor algum no uso como moeda, ao contrário do que afirmam certos escritores*

Só esses dois metais são chamados de *perfeitos* pelos químicos, porque não contêm nenhuma porção de terra, ou seja, de matéria friável, inútil e capaz de se vitrificar ao fogo, encontrada em todos os outros metais inferiores, denominados por isso *imperfeitos*.

#### A sua composição

Compõem-se, então, de mercúrio e enxofre. Com esses dois termos os químicos entendem certos princípios físicos, e não o argento-vivo e o enxofre comum. Chamam de *mercúrio* aquela substância não volátil, mas capaz de se liquefazer, que flui e se molda, e que, deixando passar todos os sais solúveis e o fogo pelos seus interstícios, não se deixa penetrar ou modificar por eles. Chamam de *enxofre* aquelas partículas que dão consistência, dureza e cor ao mercúrio, que se tornam voláteis ao fogo e que se dissolvem nos sais, impregnando-os e tingindo-os, sendo talvez esse enxofre as próprias partículas da luz.

#### Imutabilidade

Tal composição, justamente, faz que sejam chamados de *simplices*, não podendo decompor-se ulteriormente e permanecendo imutavelmente constantes a cada experimento. Nem foi possível, até agora, mudar-lhes o estado ou diminuí-los pela ação de algum outro corpo (com exceção dos raios de luz, refletidos na lente ustória de Tschirnhaus),<sup>55</sup> já que voltavam sempre à sua primitiva natureza e quantidade. Robert Boyle<sup>56</sup> conseguiu manter no estado líquido três onças de ouro por três meses, sem que diminuíssem sequer de um grão; e mantida a prata em tal estado por dois meses, diminuiu só de uma duodécima parte, que bem podia ser uma matéria estranha que dela se separou. Quem tiver interesse, poderia ler a

55. Eherenfried Walter von Tschirnhaus (1651-1708), físico e matemático alemão.

56. Robert Boyle (1627-1691), químico e físico irlandês, considerado um dos fundadores da química moderna.

descrição de todas essas qualidades do ouro e da prata nos arrazoados que Homberg<sup>57</sup> leu na Academia das Ciências. Eles constituem certamente um estudo agradável e útil, muito condizente com a minha disposição de espírito; mas como meu tema não exige que me detenha mais sobre esse assunto, passo adiante.

#### Solução química

Passo a tratar da solubilidade dos metais perfeitos, que, também em relação ao ouro, é tida erroneamente como uma propriedade útil para a moeda. Chama-se *solução* à divisão de uma substância em partes minúsculas, que flutuam num líquido tingido por elas e, seguindo a natureza deste, se tornam completamente líquidas e fluidas. A água comum, portanto, é de modo geral o solvente de todos os metais, quando estão reduzidos a pó finíssimo. Também o argenteo-vivo dissolve todos os metais, dos quais já foi expurgada a parte oleosa, mas, realmente, são os ácidos, ou seja, os sais, os verdadeiros solventes das substâncias. Nenhum desses, contudo, tem a força de dissolver o ouro, a não ser o sal marinho, da mesma forma que só o salitre dissolve a prata; os outros metais, então, são destemperados por qualquer ácido. O estranho é que caso se junte o salitre ao sal marinho, este destempera o ouro com maior força; e essa mistura chama-se *água-régia*, que se compõe de duas partes de salitre, três de vitriolo e cinco de sal marinho, destilados juntos. Mas o salitre, que dissolve a prata, torna-se ineficaz se for misturado com o sal marinho. É verdade, porém, que a flegma da água-régia recém-distilada, depois de dissolver uns pedacinhos de ouro, pode liquefazer a prata. Homberg, que descobriu essa experiência por acaso, explicou-a depois muito bem.<sup>58</sup>

#### Pureza

Decorre disso que o ouro não está sujeito à ferrugem, porque o sal marinho, que não é volátil, não impregna o ar e a terra; mas o salitre, que tem a força de corroer a prata e impregna o ar e a terra, faz com que a

57. Wilhem Homberg (1652-1715), nascido em Java de família holandesa, foi antes jurista e depois médico e químico famoso por seus estudos sobre os ácidos, o fósforo e o enxofre.

58. Nos *Mémoires* de 1706, p. 127. [N.d.A.]



prata fique sujeita ao enegrecimento e à ferrugem, quase como os metais inferiores. Por essa mesma causa o vinagre não amolece o ouro, como observou Plínio; nem o chumbo, o mercúrio ou outro mineral, usados para purificá-lo, têm a força de fazê-lo eliminar as impurezas. O mesmo não ocorre com a prata, que, embora resista ao chumbo, é no entanto corroída pelo antimônio e é vitrificada. Enfim, estes dois metais, depois do chumbo e do estanho, são os mais flexíveis, se liquefazem mais facilmente e são de uma maleabilidade extraordinária.

*Maleabilidade extraordinária*

A maleabilidade que Plínio diz que se obtinha em sua época é pouca diante da que se obtém hoje. Plínio escreve sobre o ouro: "Não há nenhum outro metal que possa dilatar-se mais ou ser mais divisível, já que as onças de ouro se fracionam em setenta ou cinquenta lamelas, ou até mais, de um polegada quadrada de superfície";<sup>59</sup> quer dizer que de uma onça se obtinham 12 mil polegadas quadradas. Hoje, os nossos bate-folhas, segundo as observações muito cuidadosas do francês Réaumur,<sup>60</sup> estendem uma onça até cobrir uma superfície de 146 pés quadrados, que correspondem a mais de 21 mil polegadas quadradas. É mesmo assim essa maleabilidade do ouro, qualquer que seja a qualidade e a quantidade, não é nada diante daquela que possui quando, sobreposto para dourar algum metal, ele se distende junto. Com efeito, o ouro tem tamanha plasticidade que, embora inicialmente seja posto em cima de um pedaço de metal muito volumoso, quando este passar pelas fieiras, ele o segue pontualmente e se distribui sobre toda a nova superfície por igual e com uma exatidão maravilhosa. E até que ponto possa chegar essa maleabilidade, pode-se ter uma idéia ao ver que uma onça de ouro basta para dourar completamente uma peça de prata de até 360 milhas italianas de comprimento. Mas não convém que me detenha mais sobre esses dados, que hoje em dia todos devem conhecer. Será melhor, então, que chame a atenção agora para o que poucos devem ter percebido, isto é, que todas essas propriedades têm contribuído apenas para tornar mais baratos o ouro e a prata.

59. *História natural*, XXXIII, 19, 61.

60. Nos *Mémoires* de 1713, p. 267. [N.d.A.] René-Antoine Ferchault de Réaumur (1683-1757), famoso naturalista francês.

*Essas propriedades diminuem e não aumentam os preços dos metais*

Sem dúvida, o brilho e a beleza são suficientes, por si sós, para fazer que os homens amem ornar-se de ouro e prata; e mesmo que esses se gastassem mais rapidamente e fossem menos maleáveis, nem assim as pessoas estariam dispostas a privar-se deles. Vê-se, de fato, que gostam de usá-los, e que, mesmo diante de um preço mais alto, como a natureza dos homens é inclinada ao luxo, se tornam mais condescendentes. Ora, que o ouro e a prata, quase como que de propósito, sejam tão difíceis de ser destruídos, a ponto de água, ferro, fogo, tempo, ferrugem não conseguirem consumi-los, e que sejam tão maleáveis que, quase sem perdas, cheguem a cobrir com seu brilho tudo o que nos agrada, isso tudo não tem outra consequência senão a de se tornarem menos raros e, depois de extraídos das entranhas da terra, sumirem da nossa frente mais lentamente; e ainda, dissolvendo-se em grãos, voltarem para dentro da terra-mãe, a juntar-se de novo e, como nós dizemos, a regenerar-se.

Se o ouro estivesse sujeito a se perder dez vezes mais do que o usual, do montante que trouxemos das Índias teríamos hoje uma quantidade bem menor do que a que temos. E seria, portanto, mais caro. Nem podemos dizer que, por estar sujeito a essa desvantagem, seria menos apreciado, uma vez que, continuando a ser belo, continuará a ter o mesmo apreço. E que isso seja verdade, comprova-se pelas pérolas, que me parecem menos bonitas do que o ouro, mas que, como não duram, são mais raras e, portanto, mais caras.

Quem refletir corretamente sobre isso que acabo de dizer, certamente passará a compartilhar minhas idéias e abandonará a opinião da maioria, que, vendo que o ouro é usado como moeda, arrola logo o maior número de propriedades, como se todas concorressem indistintamente para fazer dele moeda. Coisas ditas a esmo. Por isso, é melhor começar a falar das propriedades que os metais possuem e que se devem procurar unicamente no material que serve de moeda.

*Propriedades exigidas para que uma coisa possa servir de moeda*

Em primeiro lugar, falarei daquelas propriedades exigidas pela moeda real, ou seja, a moeda com que se compra. Para que uma coisa possa ter tal uso, é necessário: 1. que seja universalmente aceita; 2. que não seja

demasiadamente volumosa e incômoda de transportar e trocar. Com efeito, não pode servir de equivalente das coisas mais preciosas e desejáveis que os homens se dispõem a ceder, uma coisa que não for sempre e universalmente aceita, e que, portanto, não garanta a seu possuidor a certeza de adquirir o que ele imaginou poder conseguir com ela. Além disso, um objeto muito volumoso torna-se difícil de trocar, e logo se faz preciso substituí-lo por um mais leve que o represente.

*Propriedades que deve ter uma coisa para ser aceita universalmente*

Para que uma coisa possa ser aceita por todos, vejo que são necessárias quatro propriedades: 1. que tenha um valor intrínseco e real, e, ao mesmo tempo, uniformemente avaliado por todos; 2. que seja fácil conhecer seu verdadeiro valor; 3. que seja dificilmente sujeita a fraude; 4. que se conserve por bastante tempo.

Não me perderei em palavras para provar a verdade do que estou dizendo, porque, ou meu leitor chega a ela por sua própria reflexão, e é inútil que eu a explique, ou não vai entendê-la, e é inútil que ele leia esta obra.

*Gêneros que não podem servir de moeda*

Agora só resta conferir esses requisitos, que vimos ser necessários à moeda, nos gêneros que a natureza produz; e poderemos saber quais são os que a natureza destinou a servir de moeda, fornecendo-lhes os atributos convenientes.

Em primeiro lugar, ficam excluídos todos aqueles gêneros que não têm valor intrínseco mas convencional, uma vez que é certamente menos seguro ter em mão uma mercadoria cujo valor depende da convenção e da fé públicas, do que uma outra que vale porque necessária e útil aos homens. A primeira, de modo geral, não pode tornar-se moeda. É por isso que nenhum país poderá servir-se por muito tempo de couro ou de papel-moeda como moeda. E embora as notas circulem em muitos lugares como moeda, caso o país que usa papel-moeda se tornasse devedor de algum povo vizinho inimigo, não sei se os conquistadores se contentariam em ser pagos com papel-moeda ou se não iriam querer a moeda de

metal, tão grande é a diferença entre a fé pública e o senso comum. Este, na mesma medida em que é universal, é imutável; aquela está circunscrita entre as pessoas e os povos que fizeram a convenção, e está sujeita a perturbações a cada mínimo acidente e, muitas vezes, até à extinção. Um povo, portanto, não pode usar por muito tempo só moeda representativa. Torna-se assim cada vez mais evidente o erro de considerar que o valor dos metais e o seu uso como moeda dependa de uma convenção humana.

Em segundo lugar, pela mesma razão, ficam excluídos todos aqueles gêneros que estão sujeitos à tirania da moda, pois, tal como a fé pública é vacilante, a imaginação do povo é volúvel.

Em terceiro, aqueles gêneros que podem mudar de valor com a diversidade de costumes ou de cultos religiosos. Após ter excluído tudo isso, parece-me que, além do ouro e da prata, sobram muito poucas coisas. Isso quanto ao primeiro requisito.

*Os metais têm as propriedades certas para servir de moeda*

É o segundo requisito, contudo, aquele que qualifica precisamente os metais, e tão-somente eles, a servirem de moeda. Não se pode saber facilmente o valor de qualquer gênero, se os vários princípios que o constituem, e que explicamos no segundo capítulo, não forem reduzidos a um número mais simples. Ora, os metais têm isso de próprio e de singular, ou seja, que todos aqueles princípios se reduzem a um só, a quantidade, já que por natureza não possuem nenhuma outra qualidade, nem em sua constituição interna, nem em sua configuração e forma exterior. Todo o ouro do mundo é de uma mesma e boa qualidade, ou melhor, pode vir a sê-lo facilmente. Pois se é verdade que nas minas ou nas areias dos rios nunca se encontram o ouro e a prata perfeitamente puros, mas sempre misturados com outro mineral ou metal inferior, todos sabem, entretanto, que esses metais podem ter o quilate rebaixado com qualquer quantidade de liga, ou, ao contrário, ser purificados até a perfeição. Não ocorre o mesmo, porém, com o vinho, o trigo e muitos outros gêneros. Não têm eles a mesma qualidade em todos os lugares, nem existe arte que faça com que o vinho de Ischia se torne vinho de Tokaj. Por isso, com base numa mesma medida de peso, não se podem vender todos os vinhos do mundo por um mesmo

preço. O ouro e a prata não só podem, mas devem ser avaliados de acordo exclusivamente com sua quantidade, que a natureza nos permite conhecer muito bem e de forma infalível através do peso.

Além disso, um pedaço de duas polegadas cúbicas de ouro vale tanto quanto dois pedaços de uma polegada cada um; mas um diamante de dez grãos não vale tanto quanto dois de cinco cada um. Isso porque de dois pedaços de ouro eu posso fazer um só, unindo-os, e não por encaixe ou ligadura feita artificialmente, mas pela união que a própria natureza faz, de modo imperceptível. No entanto, não há artifício que possa fazer de dois diamantes um só. Diga-se o mesmo quanto ao tamanho diferente dos animais, das madeiras, dos mármore, das gemas, coisas raras, que não podem, portanto, ser avaliados numericamente pela grandeza física. E embora alguns alimentos sejam vendidos por peso, todos sabemos que logo que um deles, como o peixe por exemplo, for superior ao tamanho comum, não lhe será dado somente o valor proporcional ao peso, mas outro, muito maior. Isso nunca acontecerá com os metais.

Em terceiro lugar, uma barra de ouro partida, torta e malfeita vale tanto quanto uma reta e inteira. Não ocorre o mesmo com um cristal, uma porcelana, etc., porque se ao ouro a forma exterior não dá nem tira valor, às outras coisas, sim. Quero dizer com isso que a natureza não dá aos metais uma forma valiosa, uma vez que os produz ora em pó, ora em ramificações finíssimas, ora numa forma qualquer. É o fogo que junta as partes, a arte que as trabalha, e é essa forma que vale. Mas ela é inteiramente distinta do valor do material e totalmente separada deste. O material, então, sempre vai valer em proporção a seu peso, seja qual for a forma que ele assuma ou lhe seja tirada. As gemas, porém, não têm um valor do material distinto do da forma, e sua qualidade adquire mil variações de acordo com a limpidez da água, com a cor, o fogo, os filetes, as nebulosidades, a lascagem.<sup>61</sup> É por isso que a lei não pode fixar um valor universal; e todos sabemos que um ótimo joalheiro, extremamente cuidadoso, não chega a conhecer tão bem o valor de uma gema quanto um ourives, mesmo inexperiente, conhece o do ouro.

Ora, é certo que o homem só se arrisca a negociar quando vê claro e não tem medo de ser enganado; e como a moeda intervém em todos os

61. Elementos esses em virtude dos quais se avaliavam as gemas.

contratos, faz-se necessário que ela seja composta de um material fácil de ser avaliado. Mas já demonstrei que não existe nenhum outro mais idôneo nem mais seguro do que o ouro e a prata. E quão fácil seja conhecer a boa qualidade e o peso deles, demonstra-o o exemplo da China, onde cada um examina e pesa o ouro sozinho, e sabe avaliá-lo perfeitamente. Nas outras nações, os príncipes e as repúblicas assumiram o incômodo de avaliar eles mesmos a boa qualidade e o peso dos metais e de garanti-los com sua marca. Dessa forma, levaram à perfeição o uso dos metais como moeda, como veremos no livro seguinte; mas a cunhagem, em si, não era necessária para instituir a moeda.

*Continuação do mesmo tema*

Falta agora falar dos outros dois requisitos da moeda. Quanto ao fato de que o ouro e a prata se conservem por muito mais tempo em comparação com as outras coisas, não é preciso que volte a repeti-lo. Quanto à impossibilidade de falsificá-los, lembrarei rapidamente que é notório o quanto os homens pensaram para reproduzir e multiplicar o ouro. À luz do nosso século, esta ciência misteriosa chamada alquimia se tornou tão ridícula e menosprezada, quanto talvez, em outros tempos, fora cultivada e venerada. Tampouco resiste ao tempo e à verdade uma ilusão misteriosa que promete benefícios desproporcionais às leis da natureza. O que, contudo, sempre estranhei, é que se despreze essa ciência não pelo fim que almeja alcançar, que parece grande e excelente mesmo aos que a desprezam, mas porque se sabe que ela não vai ser capaz de consegui-lo. Sua finalidade é converter em ouro todas as substâncias, ou, pelo menos, muito material de pouco valor, como o ferro e as pedras. Não sei de ninguém que julgaria tal empresa ridícula e prejudicial, caso tivesse bom êxito. Só sei que é tida por impossível. De fato, até agora, não se chegou a demonstrar claramente que ela não possa ser bem sucedida. Contudo, como os esforços de muitos milhares de homens e de anos não produziram nada, e como até agora nenhuma produção da natureza chegou a ser multiplicada ou reproduzida artificialmente, nem alguém conseguiu produzir quimicamente um grãozinho de trigo, uma planta, um mármore ou uma madeira, podemos considerar todos esses fatos como prova.

Leva-se em conta também uma outra razão: por causa da sua máxima simplicidade, os metais perfeitos não podem ser destruídos ou dissolvi-

dos artificialmente, nem, parece, podem ser multiplicados. Essa razão foi muito forte até cinquenta anos atrás, mas deixou de sê-lo quando a química adquiriu mais poderes para operar sobre os corpos. Ao alemão Tschirnhaus ocorreu trabalhar uma lente de um tamanho extraordinário jamais visto,<sup>62</sup> a qual, adquirida pelo duque de Orleans e dada ao uso dos acadêmicos das Ciências, permitiu que Homberg descobrisse que o ouro, com os raios do sol, podia fundir-se e diminuir, destruir-se e vitrificar-se. Nos *Mémoires* de 1702 e de 1704 podem ser lidas todas as longas discussões e observações sobre esse fato maravilhoso, que a muitos pareceu inacreditável, embora verdadeiro.

*Verdadeiro efeito da alquimia, mesmo que tivesse êxito*

Ainda não se sabe o que vai ser possível fazer com esses novos poderes, cujo uso não está aperfeiçoado. Mas o que se sabia desde o começo, e que não se quis admitir, é o equívoco do próprio objetivo da alquimia. O seu fim já não é converter o ferro em ouro, mas o ouro em ferro, fim pernicioso e destinado unicamente a nos empobrecer. Digo isso para que se perceba esse engano, que, entre os homens, é o mais universal e freqüente e o menos combatido. Ao imaginar um estado de coisas diferente daquele no qual vivemos, precisamos mudar as idéias inerentes à situação atual e adequá-las às suposições que fazemos sobre a nova situação. Quando hoje nós dizemos *ouro*, soa nos nossos ouvidos algo relativo à opulência, à abundância, enfim, algo bom e desejável. Ao dizer *ferro*, pensamos logo em alguma coisa de pouco valor e desprezada; e certamente na situação atual não nos enganamos. Mas se todo o ferro imaginável pode transformar-se em ouro verdadeiro e perfeito, então, ao dizer ouro, apresentar-se-á a mesma idéia que hoje se apresenta à nossa mente quando se diz ferro. Nem a beleza do ouro poderia, em contraste com a sua abundância, assegurar-lhe o valor, assim como ocorre com o cristal, de beleza indiscutível, mas que, pelo fato de poder ser produzido artificialmente, além de ser extraído da rocha, não vale mais do que determina a sua abundância.

62. Ela pesa 160 libras francesas e tem três pés renanos de diâmetro. Veja os *Mémoires* de 1709, p. 16. [N.d.A.]

Em conclusão, revelando o engano das palavras, a alquimia não promete nada senão nos empobrecer, excluindo do conjunto das coisas raras, e portanto preciosas, o ouro e a prata. E se ela conseguisse fazer a mesma coisa com as gemas, subtrair-nos-ia qualquer meio para ostentar o poder e realçar a beleza. Nem o consumo do ouro aumentaria; pelo contrário, tornando-se baixíssimo o seu valor, seria desprezado para o luxo. E o ouro natural ficaria guardado em seus veios, o artificial, no ferro. Esse prejuízo não seria ainda muito grave se comparado ao outro, o de nos privar da moeda. Isso porque toda a moeda se reduziria a moeda de cobre, a de ferro amarelo e de ferro branco, uma vez que passariam a soar assim os dois valiosos nomes do ouro e da prata; e sobre o transtorno que se seguiria pelo fato de termos só moeda de cobre e de ferro, tratarei numa outra parte. Além disso, não seria possível substituir o ouro e a prata, tornados inúteis, por outras coisas, já que estas não têm as qualidades necessárias. Assim, também por essa razão, que me parece muito válida, o Autor da natureza não permitirá nunca que a bela ordem moral do universo, que se sustenta e gira tendo as moedas como o seu próprio eixo, possa ser corrompida pela alquimia. Nem é de alguma utilidade aos homens recorrer a uma arte que lhes seria tão perniciosa e fatal, se alcançasse sua finalidade.

E a este ponto, se não sáísse do meu assunto, poderia demonstrar que também a imortalidade e o elixir universal que nos promete seriam tão prejudiciais e funestos para todos quanto vantajosos parecem aos tolos. Pois tudo aquilo que perturba a ordem infinitamente bela do universo e promete nesciamente remediar aquelas contingências que a nossa ignorância chama de desordens, é e sempre será contrário à verdade, impossível de acontecer, injurioso à Providência, e, mesmo que acontecesse, calamitoso para o gênero humano.

*Conclusão de quanto foi dito*

Vê-se, pelo discurso acima, como é necessário que as moedas reais sejam medidas pelo peso e sejam feitas de um tal material que resista, o mais possível, à fraude e ao desgaste. E que sirvam para tanto unicamente o ouro e a prata, parece-me que já foi demonstrado, donde resta concluir que o ouro e a prata são realmente necessários e indispensáveis para o que requer a moeda real. Faltaria falar do que é requerido pela moeda ideal, medida



dos preços, já que, como apenas o nome e o número são suficientes para constituí-la, pode parecer que ela não tenha uma conexão necessária com os metais. Para corrigir esse equívoco, basta pensar que não se pode introduzir moeda ideal num país senão por meio da real, e que se se utiliza a moeda imaginária para contar é porque, como a experiência nos ensina, essa moeda já foi real. Os homens não se acostumam num primeiro momento a contar servindo-se de um número abstrato, sem relação a algo concreto que lhe corresponda; mas ao serem levados inadvertidamente a isso pelos acontecimentos da vida, adaptam-se muito bem. Sobre isso falaremos mais demoradamente no livro seguinte; agora demonstrarei que os metais servem de medida das coisas melhor do que qualquer outro gênero.

As medidas devem ser estáveis e fixas ao máximo, mas em nenhuma produção humana pode-se esperar encontrar tal estabilidade. No lugar dela encontraremos uma variação lenta e uma progressão uniforme, por acréscimo ou por decréscimo, que não pode ser abalada e violentamente perturbada. Ora, essa condição não se encontra nem no trigo, nem no vinho, etc., mas nos metais preciosos. Estes, como já disse, não estando sujeitos às variações das colheitas senão no caso da descoberta de novas minas (que é coisa raríssima), nem às variações do consumo, têm um preço quase constante, e ainda, por serem estimados universalmente, igual em todos os lugares. Isso se dá não graças a todas as propriedades que possuem, mas só devido a algumas, ou seja, é porque são metais e porque são providos de rara beleza que têm sido apreciados por todos em todos os tempos. Os metais, então, são os mais apropriados tanto para pagar quanto para avaliar todas as coisas, e, por isso, devem ser considerados *naturalmente moeda*. Ao negar-lhes essa destinação, não há dúvida de que se originaria desordem e violência contra as leis da natureza, uma vez que a natureza não deixou ao nosso livre-arbítrio escolher o material que constitui a moeda, mas foi ela a instituir o ouro e a prata como tal.

Assim, depois do que foi dito neste primeiro livro, quero que os leitores agradeçam à Divina Providência, que, depois de ter criado o ouro e a prata para o nosso bem e permitido que nós os conhecêssemos, fez que começássemos a vendê-los por peso e a usá-los como moeda, já que os proveu, para esse fim, de valor intrínseco e de outros atributos oportunos. Ela os ornou de tamanha beleza, que nem a volubilidade dos hábitos, nem a barbárie dos costumes, nem a pobreza, nem a excessiva riqueza, fizeram com que perdessem a estima dos homens e fossem substituídos por

outras mercadorias. Nem os filósofos conseguirão que sejam desprezados, nem os alquimistas sua multiplicação. Quero também que se agradeça às autoridades supremas da terra, que, melhorando as qualidades intrínsecas dos metais conduzindo-as à perfeição, têm avaliado, expurgado, pesado, dividido e marcado os metais com o seu venerável cunho, para a segurança dos cidadãos. E desses melhoramentos, feitos pelas sociedades civilizadas, falarei amplamente em meu segundo livro.

LIVRO II  
DA NATUREZA DA MOEDA



Fundição de tipos



Fábrica de agulhas



Trabalhando o cânhamo

## INTRODUÇÃO

Dentre todos os grandes males que os poetas e outros escritores dotados de eloquência causaram aos homens, o mais grave, sem dúvida alguma, foi o de ter falseado e deturpado nossas idéias, pois eles desejaram afastar-se das opiniões da maioria, as quais, como se produzem de forma natural, no mais das vezes são justas e verdadeiras. Foram eles mesmos que chamaram o infeliz estado de natureza de século de ouro; e como se o homem, para ser perfeito, devesse assemelhar-se em tudo aos homens primitivos, eles, não sei bem por quê, condenaram, como se fossem a corrupção de uma imaginária inocência e simplicidade, todas as instituições das sociedades civis, que, diga-se, nos livraram da vida ferina e das perversas inclinações naturais à maldade, à crueldade, ao ódio, à inveja e à avidez.

Foram eles os primeiros a desprezar veementemente a prata e o ouro, que não possuíam, acreditando talvez assim vingar-se da falta daquelas riquezas que não podiam nem mereciam ganhar. E como seus escritos são repletos de todos os ornamentos da eloquência e são lidos e citados por todos, ocorreu que, em todos os tempos, os próprios pensadores adotaram as palavras dos poetas. Essas palavras, no entanto, não tiveram o poder de influenciar a maneira de agir das nações, já que, como sabemos pela experiência, os homens geralmente agem obedecendo às inspirações da natureza, que é a luz da verdade; mesmo que, depois, continuem repetindo tranqüilamente aquelas máximas que outros proferiram com eloquência e que eles aprenderam, quer estejam de acordo com sua maneira de viver, quer a contradigam totalmente. A moeda, portanto, que todos condenam como a origem de todos os males e a

causa das más inclinações, continuou sempre a ser amada, e assim o será por todos os séculos.

Mas eu, não sendo afeito a admirar e seguir as opiniões de uma minoria, e acreditando que afastar-se da maioria nem sempre seja o caminho certo para a verdade, quis reexaminar se realmente a introdução da moeda é prejudicial, ou se, pelo contrário, ela constitui um aperfeiçoamento das instituições da sociedade civil que nos leva a viver bem. Então, meditando sobre isso, cheguei à conclusão de que a moeda é uma grande e utilíssima invenção, de modo que, sabendo que os maiores bens não são fruto da obra dos homens, nós temos a obrigação de agradecer humildemente a Deus por ela, assim como fazemos com o alimento. Como cheguei a reconhecer isso, gostaria de o revelar no próximo capítulo, já que neste segundo livro tratarei da utilidade e da conveniência da moeda.

## CAPÍTULO I

*Demonstração da natureza da moeda e da sua utilidade**Necessidade do comércio entre os homens e sua definição*

A necessidade do comércio para o sustento da vida e para a obtenção da felicidade terrena é por demais conhecida, pois o comércio é filho da necessidade mútua dos homens e pode ser definido assim: *uma troca que os homens fazem entre si de seus trabalhos com vistas a suprir as necessidades comuns*. Por conseguinte, tudo o que é vantajoso ao comércio é também muito útil. Ora, nada é mais evidente que o incômodo do costume primitivo de comerciar trocando uma coisa por outra, pois fica muito difícil saber a quem faz falta o que eu possuo em abundância, ou quem possui o que a mim faz falta. Além do quê, não se podem transportar todas as coisas, nem conservá-las por muito tempo, nem equipará-las ou dividi-las, como talvez requeira uma necessidade comum e imediata.

Pensando, então, em como evitar esse incômodo, comecei a refletir se isso seria possível vivendo em comunidade. Realmente, observando a vida das comunidades pequenas, como, por exemplo, muitas ordens religiosas, que vivem melhor do que o geral dos homens, parecia-me que também as comunidades grandes, como as cidades e os reinos, poderiam viver perfeitamente assim. Tive de concluir, no entanto, que nessas grandes sociedades, onde as pessoas não são selecionadas nem todas são virtuosas, não se pode obrigar cada um a trabalhar e se esforçar, e depois,

assim como os outros trabalhadores, depositar seu produto em armazéns abertos e comuns, onde deveria encontrar e pegar a seu bel-prazer tudo de que precisa. Se assim fosse, o ocioso poderia defraudar a coletividade vivendo injustamente do trabalho alheio. Além disso, não haveria meio de enriquecer ou de empobrecer, porquanto o trabalhador dedicado, não tendo o incentivo do ganho, trabalharia menos; o preguiçoso, contando com o suor dos outros, trabalharia pouco ou mesmo nada; e, por fim, também os honestos iriam querer viver com um luxo incompatível com a condição de seu ofício. Realmente, se hoje vemos que o mercador e o camponês, pela diferente qualidade de seu ofício, ganham diferentemente, de forma que um vive na abundância e o outro no aperto, nesse sistema de vida em comum todos iam querer viver bem por igual. E isso é impossível de manter. Para remediar esses inconvenientes, pensei então que se podia proceder da seguinte maneira.

*Idéia de uma república em que se vive uma vida em comum, que, de todas as formas de comércio, é a mais perfeita*

Poder-se-ia levar em conta o quanto cada um trabalha, de forma que cada um tenha participação nos produtos dos outros na mesma medida em que ele se torna útil à sociedade com os seus próprios, e nada mais. Dever-se-ia estabelecer, portanto, que cada um que levasse seus produtos ao armazém recebesse um título, concebido nestes termos: "Fulano de Tal depositou nos armazéns públicos determinada quantia de uma certa coisa (digamos, por exemplo, cem pares de sapatos), pelo valor da qual se tornou credor da sociedade". Deveria também ficar decidido que ninguém pudesse pegar nada dos armazéns sem apresentar um título de crédito, e não tirar nada acima do valor e da quantidade total desse seu crédito; e uma vez retirados os produtos a ele equivalentes, deveria entregar ou rasgar o título.

Além disso, percebendo quanto seria incômodo se no título só constasse o direito de uma pessoa de se abastecer de um único gênero de produtos - caso estivesse declarado, por exemplo, que quem depositou cem pares de sapatos pode requisitar por isso mil libras de pão, e não outra coisa, de modo que esse título seria aceito unicamente



no armazém do pão -, vi que seria necessário que os títulos tivessem aceitação livre em todos os armazéns, permitindo a cada um de se abastecer de tudo o mais de que precisasse. Para fazer isso, seria necessário que o príncipe instituisse uma maneira de avaliar todas as coisas, ou seja, regulasse o valor de todas elas com base numa medida comum, declarando, por exemplo, que um estaio de trigo corresponde a determinada quantidade de vinho, de carne, óleo, roupa, queijo, etc. E com base nessa medida e nessa tabela de preços se poderia saber, então, quanto cada um deveria receber por seu trabalho e quando se esgotaria seu crédito.

Por fim, dever-se-ia dar ao príncipe um certo número de títulos, que ele pudesse distribuir para as pessoas que prestam serviços a toda a sociedade, para que elas pudessem viver numa abastança proporcional à importância e ao mérito de seu ofício. E como nesse sistema, obviamente, é necessário que os armazéns não tenham dívidas em títulos maiores que a quantidade de bens realmente depositados, entendi que seria necessário obrigar todos os cidadãos a levar para os depósitos, de graça, ou seja, sem receber em troca o título de crédito, uma certa quantidade de mercadorias, correspondente ao total que o príncipe deve distribuir entre os servidores da sociedade.

Acredito que seja fácil reconhecer a verdade do que acabo de dizer, e quanta desordem seria assim evitada.

*Remédio para os vários inconvenientes*

Ora, meditando mais sobre isso, entendi que o principal inconveniente, aliás, o único que se podia apresentar nesse sistema, seriam as fraudes dos títulos. A grande variedade de caligrafia dos prepostos dos armazéns não permitiria distinguir com segurança os títulos verdadeiros dos falsos; e, mais ainda, alguns prepostos de pouca confiança e lealdade, para favorecer os amigos e os parentes poderiam, às vezes, declará-los credores dos bens públicos por um valor maior que o das mercadorias por eles depositadas. Assim, alguém que, por exemplo, só tivesse entregue dez sapatos, passaria a ser credor de mil libras de pão, como se tivesse deixado não dez mas cem sapatos. E isso faria com que os depósitos parecessem mais abastecidos do que seriam realmente e passassem a dever uma quantidade de bens maior do que aquela que possuem. Com essa fraude eles logo seriam esvaziados, e de forma bastante injusta.

Ora, para evitar tudo isso, pareceu-me que a melhor maneira, dentre as muitas possíveis, seria que o príncipe, e somente ele, marcasse com um sinal uma determinada quantidade de títulos, todos de um mesmo valor, que podia ser, por exemplo, o de uma libra de pão; e desses títulos marcados, que poderiam ser de papel ou de couro, fossem distribuídas as quantias convenientes entre os prepostos, que os dariam a quem depositasse mercadorias e os pegariam de volta quando alguém retirasse mercadorias. Dessa forma, não se representaria num único título todo o preço, mas quem entregasse bens de um valor superior ao de uma libra de pão, receberia tantos títulos quantos correspondessem ao valor de seus bens. Com tais providências pôr-se-ia remédio à confusão dos vários tipos de caligrafia, à falsificação, à emissão contínua de novos títulos; os prepostos poderiam apresentar suas contas com exatidão; e, por fim, havendo certeza de que ninguém iria recusar esses títulos por medo de fraude, parece que uma sociedade, com todas essas medidas, teria condição de se sustentar e se conservar.

Eram essas as conclusões a que havia chegado com as minhas reflexões, e que me pareciam corretas, quando meditava ainda se restava alguma outra dificuldade a superar, e também se alguns historiadores ou viajantes já tivessem feito menção de algum país em que essas minhas conjecturas já tivessem sido postas em prática. Eis então que, como se caísse um véu de meus olhos, percebi que havia chegado inadvertidamente ao mundo de hoje e estava pisando em solo pátrio, de onde pensava estar tão longe. E espero que ocorra o mesmo aos meus leitores.

*Nossa condição atual é a da vida em comum em que os inconvenientes são todos remediados pela moeda*

Percebi, então, e agora todos o podem ver, que o comércio e a moeda, o seu primeiro motor, nos levaram do miserável estado de natureza, em que cada um pensa por si, ao feliz da vida em comum, em que cada um pensa por todos e trabalha; e nos mantemos nesse estado, não com base unicamente na virtude e no respeito (laços que, sozinhos, quando se trata de nações inteiras, não são suficientes), mas em vista do interesse privado e do bem-estar de todos. Percebi que os

títulos eram as moedas, as quais, afinal de contas, representam o crédito de alguém perante a sociedade, por trabalhos que ele mesmo realizou, ou que ele tenha recebido de outros. É certo que nós não temos armazéns comuns, mas as lojas dos particulares lhes correspondem; e os títulos, isto é, as moedas, mais adequadamente, não são os prepostos públicos a dá-las e recebê-las, mas cada um cuida dos produtos de seu trabalho; e tendo de prover sua própria loja, entrega as moedas no ato da compra e as recupera no ato da venda. Dessa forma, para que não se dissipem os títulos, não há necessidade da virtude ou da honestidade dos prepostos dos armazéns, nem da vigilância do príncipe; mas como cada um só dispõe do que lhe é próprio, evita de dá-lo, pois dando a moeda, dá o seu suor.

Assim, aqueles inconvenientes que no sistema imaginado anteriormente não seriam suficientemente refreados pela virtude, na situação atual são corrigidos perfeitamente pelo interesse pessoal, cuja força nos espíritos dos homens, mesmo desonestos, é sempre imbatível. E da mesma forma que as comunidades pequenas, em que entram somente homens adultos, são bem-sucedidas se se fundarem unicamente na virtude, assim as nações e os reinos terão um governo instável e sempre a ponto de cair se a virtude que o sustenta não estiver unida ao interesse pessoal, já que os grandes organismos não podem eliminar completamente os germes nocivos que nascem em seu seio.

*O que são os tributos*

Compreendi ainda que aqueles títulos de crédito doados ao príncipe, para quem era necessário que todos deixassem de graça certa percentagem de seus trabalhos, correspondiam aos impostos e aos tributos, já que esses não são senão uma parte dos trabalhos de todos colocada à disposição da sociedade e transformada em moeda, que o príncipe distribui na forma de honorários e pagamentos de suas despesas. E, finalmente, todos os inconvenientes que apresentavam os títulos, não importando o material de que fossem feitos, seriam eliminados pela moeda de metal. Nela, a qualidade, o cunho e a composição são as garantias contra a fraude dos particulares, e seu valor intrínseco nos defende do abuso que porventura o príncipe viesse a cometer. Pois, se o material não tivesse todo o valor que tem a mo-

eda, como no caso em que se usasse couro ou papel, o príncipe poderia imprimir um número excessivo de títulos; e tão-somente a dúvida de que ele pudesse fazer isso bastaria para tirar ou diminuir a fé nela e interromper a sua circulação. Mas, como a matéria-prima da moeda só Deus pode multiplicá-la, caso se quisesse extraí-la ou importá-la, o gasto seria igual ao seu valor, não havendo vantagem, portanto, em aumentar a sua quantidade. Por isso, é extremamente importante que a moeda seja feita de um material cujo valor seja totalmente natural e intrínseco, e não ideal.

#### Conclusão

E sem que me alongue mais, os próprios leitores, desenvolvendo essas considerações, poderão chegar a ter uma noção perfeita da constituição das sociedades, dos contratos e das moedas. E ainda, substituindo o procedimento analítico que usei por um sintético, chegarão à melhor demonstração das vantagens da moeda, que, enaltecida por muitos e difamada por outros em número bem maior, por ninguém foi explicada claramente tal qual é, isto é, como coisa útil e excelente. Reservo para o próximo capítulo as minhas considerações a respeito da moeda como medida comum das coisas, pois se neste capítulo foi demonstrada sua utilidade, resta mostrar os problemas decorrentes do fato de tal medida residir na própria moeda.

CAPÍTULO II<sup>63</sup>*I. Da Natureza da moeda como medida comum dos preços. Das moedas imaginárias e de cálculo*

Tendo demonstrado o que é a moeda e a qual uso ela se presta naturalmente quando compra e equivale a todas as outras coisas, passarei a tratá-la como regra do valor proporcional de todas as coisas em relação às necessidades da vida, que é o que se chama, numa única palavra, preço das coisas. E como geralmente as mercadorias são avaliadas mediante moedas imaginárias ou de cálculo, falarei destas também.

*O que é a moeda ideal*

Chama-se *moeda imaginária* aquela cujo metal não corresponde totalmente ao seu valor. Assim, hoje, o escudo romano tornou-se moeda ideal, porque, uma vez que não é mais fabricada a moeda de dez paulos de prata, ele deixou de ser moeda corrente, sendo só guardado pelos colecionadores. Dá-se o mesmo com a nossa onça, a libra esterlina inglesa, a libra-de-conta na França, o ducado de Câmara de ouro, o ducado de Banco veneziano, e muitíssimas outras moedas. Normal-

63. Cfr. a nota VIII de Galiani à p. 361.

mente a moeda ideal costuma ser a moeda de cálculo, o que equivale a dizer que com ela se estipulam os preços e os contratos, e se avaliam todas as coisas. E isso é devido a uma única causa, ou seja, ao fato de as moedas que hoje são ideais terem sido, em todos os países, as mais antigas, e no passado, reais; e, enquanto reais, usadas para o cálculo. Mas como os príncipes alteraram o tamanho e a forma dessas moedas, elas se tornaram imaginárias, e só continuaram a ser usadas nos cálculos para maior facilidade.

Em alguns países, como na França, foi prescrito várias vezes, por severos decretos dos soberanos, que só algumas dentre todas as moedas podiam ser usadas para estipular os preços e os contratos, e isso era considerado importantíssimo. Mas na maioria dos países, como no nosso, onde não há leis que as obriguem a isso, foi o uso que introduziu o cálculo com três moedas diferentes, uma das quais contém a outra um número de vezes inteiro e sem frações; e em quase todos os lugares esses números são o vinte e o doze. Assim nós calculamos em ducados e em tarins, que são a sua quinta parte (ambos são moedas de prata reais); e em granos, que são a vigésima parte do tarim (e são de cobre). E ainda dividimos estes últimos em doze partes, a que chamamos de cavalos, pelo antigo cunho que os reis aragoneses deram a essa moeda. Mas ela hoje, já que não é mais fabricada por causa da sua excessiva pequenez, tornou-se imaginária.

*Princípios que devem ser estabelecidos a respeito da variação dos preços causada pela alteração da medida, ou seja, do dinheiro*

Para tratar mais detalhadamente agora das moedas de cálculo, das moedas ideais e da sua utilidade, considero que é preciso estabelecer como axioma o seguinte: quando o preço de uma coisa, ou seja, a sua relação com as outras, muda na mesma proporção com todas, é sinal evidente de que mudou apenas o valor dela, e não de todas as outras. Pois, se uma onça de ouro puro vale, isto é, é igual a dez túmolos de trigo, a quinze barris de vinho e a doze estaios de óleo, e se mudasse tal relação de forma que ela passasse a valer vinte túmolos de trigo, trinta barris de vinho, vinte e quatro estaios de óleo, é certo que só o ouro subiu e não que os outros gêneros baixaram de preço. De fato, se só o trigo tivesse baixado,

a onça de ouro poderia passar a valer vinte túmolos, mas o vinho e o óleo não teriam mudado de preço. Nem se pode dizer que baixaram os três ao mesmo tempo, porque é tão raro que haja a mesma abundância nos três gêneros, que isso pode ser considerado impossível.

É preciso concluir, portanto, que quando tudo encarece, e não se trata de um encarecimento momentâneo e desigual (porque se é verdade que as guerras, a escassez e as calamidades provocam a elevação dos preços, é verdade também que esta não dura muitos anos, nem se dá por igual para todas as coisas), é a moeda que perdeu valor; e quando todas as coisas perdem valor, é a moeda que encareceu.

*A variação da medida comum dos preços é um inconveniente inevitável*

Isso decorre necessariamente do fato de a moeda ser a medida comum de todas as coisas. E certamente não sem algum inconveniente; ao contrário, como hei-de demonstrar, é causa de graves enganos. Se se quisesse evitá-los, seria preciso encontrar uma medida comum que não sofresse alteração alguma, mas tal medida, nas coisas humanas, é mais fácil desejar do que conseguir encontrar. Nada se pode esperar menos neste mundo do que uma estabilidade e fixidez perpétua, porque ela é inteiramente avessa a todas as leis e ao próprio espírito da natureza. Nada é mais conforme à sua índole, pelo contrário, do que o retorno constante dos mesmos acidentes, que, dentro de certos limites, giram sobre si mesmos, num movimento circular perpétuo, ora mais lento ora menos, e nesse círculo têm aquela infinitude que não possuem na progressão. Por isso, não se deve esperar nem procurar uma medida constante e imutável, mas, em seu lugar, uma variação lenta e menos sensível.

Ora, entre a moeda e o trigo, e os outros gêneros mais necessários ao homem, existe esta diferença: o trigo, num espaço de tempo muito curto, sofre enormes variações de preço; mas, em razão do ciclo constante dos eventos naturais, pode-se afirmar quase com absoluta certeza que, tomando a média de vinte anos de colheitas de hoje e a de um mesmo número de anos na época de Augusto (dada a mesma população e a mesma área cultivada de trigo), o valor do trigo no nosso reino, em tempos tão distantes entre si, foi exatamente o mesmo. Pelo contrário, o metal, nesse mesmo período, sofreu variações muito grandes, dado que uma libra de ouro no

tempo de Augusto não equivalia à mesma quantidade de trigo hoje, mas a uma quantidade bem maior. Por isso, como o preço do trigo se mede com base no ouro, assim o valor deste, em grandes intervalos de tempo, deve ser retificado com base no trigo. O ouro também deve ter o seu ciclo, como tudo na natureza; mas, por causa do enorme espaço de tempo que talvez requeira para se concluir, ninguém sabe qual é, nem é útil querer sabê-lo. Portanto, como disse acima, uma medida comum, de variação lenta, pode servir quase tão bem quanto uma medida estável, visto que esta não existe. Todavia há alguns, aliás muitos, homens de grande saber<sup>64</sup> que estão persuadidos de que a moeda imaginária seja uma medida estável e firme, e por isso a exaltam e a glorificam, e pretendem que nos cálculos se faça uso exclusivamente dela. Outros, talvez mais sensatamente, julgam que deva ser o cobre, porque, como este é um metal muito comum e, conseqüentemente, não é muito cobiçado e dissipado no luxo, nem há corrida para extraí-lo, estaria sujeito a modificações menores. E esses argumentos merecem a nossa reflexão.

Então, procurarei entender, primeiro, se a moeda imaginária é mais estável que a real; depois, se nos cálculos é mais útil fazer uso só de algumas moedas, e se estas devem ser reais ou imaginárias. Por fim, será de muito proveito descobrir quais e quantos enganos e injustas lamentações nascem da falsa opinião do povo, que julga a moeda uma medida imutável e não é capaz de perceber as suas variações.

*A moeda imaginária não é uma medida mais estável do que a moeda real*

Se a moeda imaginária fosse a designação universal de um número que expressasse uma idéia de valor e esta idéia fosse fixa em nossas mentes e desligada de todas as coisas, de forma que as alterações destas não a perturbassem, certamente tal moeda seria invariável e constante. Mas ela nunca é assim. A nossa onça, por exemplo, é moeda imaginária; mas, tendo-se fixado que ela vale seis ducados e sendo o ducado moeda real, sujeita à variação, ao variar o ducado varia também o valor da onça. E foi isso que de fato ocorreu. Lemos que Tomás de Aquino, da ordem dos pregado-

64. Cfr. a nota VIII de Galiani à p. 361.



res, depois canonizado e declarado Doutor Angélico por suas obras virtuosas e por sua doutrina sobre-humana, recebia do rei de Nápoles, para se manter nas escolas públicas daquela cidade, uma onça por mês; e tal remuneração era considerada alta naquela época.<sup>65</sup> Entretanto, nos dias de hoje, seis ducados por mês é um salário pequeno e que condiz somente a um estribeiro, de forma que não seis, mas sessenta dos nossos ducados correspondem realmente ao valor da onça antiga.

Também não é vantajoso que as moedas imaginárias fiquem inalteradas quando se altera o valor das reais ou quando se muda a liga e o peso destas últimas numa nova fabricação. A maioria das pessoas se engana a esse respeito, pois acredita que a moeda imaginária, por não estar sujeita a essas alterações, seja imutável por causa disso. Mas, assim como é falso que somente aquelas coisas modifiquem o valor da moeda, também é errônea esta opinião. A verdadeira e principal alteração resulta da maior ou menor abundância do metal que circula num país. É verdade que essa alteração não aparece nas próprias moedas, pois, desde que os príncipes não as modifiquem, elas nunca mudam, mas a alteração aparece nos preços de todas as mercadorias, o que dá no mesmo.

O preço é uma relação e para que ela mude basta que mude apenas um dos seus termos. Se não se quer mudar a moeda, basta mudar o preço daquilo de que ela é a medida. Assim, por exemplo, se um príncipe quisesse mudar as medidas de comprimento que são usadas em seu reino, sem que se percebesse, seria suficiente que ordenasse que a altura dos seus soldados, fixadas antes em seis palmos, passasse a ser considerada como se fosse de doze palmos, e, dessa forma, todas as outras medidas se ajustariam na mesma proporção. Ele teria diminuído o palmo pela metade, sem dar mostras de tê-lo mudado. O que não faz o príncipe com os preços das mercadorias, faz a coletividade, e com toda a razão: já que o preço é a medida da labuta das pessoas, elas mesmas têm o direito de decidir a respeito disso. Quando, então, o príncipe tem de fixar o preço de alguma coisa, ele é obrigado, se quiser ser obedecido, a seguir as medidas estabelecidas pelo povo; caso contrário, ou aquele preço não é respeitado, ou acaba a produção daquele bem; assim, nem de um modo nem

65. Cfr. a nota IX de Galiani, à p. 361-362, e o "Acréscimo" a essa nota, à p. 393-394.

de outro, o príncipe alcança seu objetivo. Portanto, para concluirmos, a tal moeda invariável é um sonho, um devaneio. O descobrimento de uma nova mina mais abundante modifica rapidamente todas as medidas, mesmo que pareça não as atingir diretamente, pois mudará o preço das coisas medidas.

*O que é uma medida invariável*

A esta altura talvez alguém possa objetar que, se o metal tem o inconveniente de ter um valor variável, deveria ser usado um outro gênero menos sujeito à variação. Para dizer a verdade, também eu cheguei a pensar muitas vezes se tal gênero pudesse existir, e vi que na natureza, com exceção dos quatro elementos, não há nenhum produto ou material que seja igualmente necessário ao homem, que povos inteiros ainda não o tenham usado ou pelo menos conhecido. E, justamente, apenas os quatro elementos, por sua abundância, não têm valor. É verdade que cada nação tem um certo tipo de produto que constitui o seu alimento primário, que é, por assim dizer, o seu pão. Assim é o arroz no Oriente, o milho na América, o peixe seco perto do Pólo. Com base nesse alimento, parece que, tomando a média das colheitas, se poderia criar uma medida estável; mas, observando depois que seu valor depende de uma cultura que varia e difere de povo para povo, pode-se ver que isso não é possível.

Realmente no nosso século, em que o mundo avançou tanto no caminho da luz e da verdade, que parece aproximar-se de um grande desfecho, os físicos chegaram a encontrar a medida imutável e o maravilhoso liame entre tempo, espaço e movimento, as três grandes medidas de todo o universo. Tendo calculado o tempo com base no curso do sol e encontrado a maneira de dividi-lo em frações iguais, que eles medem através das oscilações do pêndulo, e tendo calculado a velocidade das oscilações por meio do comprimento do pêndulo, que era o mesmo em vários lugares da terra, esses físicos chegaram a estabelecer entre essas três grandes medidas um vínculo perpétuo. Mas o preço das coisas, quer dizer, a sua correspondência às nossas necessidades, ainda não tem medida fixa. Talvez um dia a encontraremos.<sup>66</sup>

66. Cfr. a nota X de Galiani, à p. 362-364.

*Essa medida estável talvez seja o homem*

Eu, por mim, acredito que ela seja o próprio homem. Com efeito, depois dos quatro elementos, não há coisa mais necessária aos homens do que o homem, e da quantidade variável de homens depende o preço de tudo. É verdade que a diferença entre os homens pode ser quase infinita, mas se no cálculo for possível chegar a encontrar um meio-termo, este certamente passará a ser a verdadeira medida, uma vez que o homem foi, é e será, sempre e em qualquer lugar, o mesmo.

*Razões dessa concepção*

Acredito ser esta a verdadeira causa pela qual se pensa que os povos da costa da Guiné possuam uma medida constante e ideal. Eles contam com as *makutas* (que valem dez unidades) e o *cem*, e para calcular o preço das coisas costumam fazer da seguinte maneira. Fixam o preço de sua mercadoria, que geralmente é um homem negro, num determinado número de makutas, por exemplo, um escravo com menos de trinta anos, sadio e perfeito, dito peça-da-índia, em 305 makutas; depois começam a avaliar o que querem trocar conosco, dizendo que uma faca vale duas makutas, uma espingarda trinta, dez libras de pólvora trinta e assim por diante, até chegar a 305 makutas; e só então, se o mercador europeu ficar contente, a troca é feita. Os cálculos são feitos assim também em Loango, na costa de Angola. Em Malimbo e Cabinda usam-se da mesma forma as peças, cada uma correspondendo a trinta makutas. Os nossos mercadores consideram esses nomes puros números abstratos e, por isso, muito cômodos; pensam o mesmo Savary<sup>67</sup> e o autor do livro *O espírito das leis*. Mas eu não acredito que um povo possa valer-se de um tal número abstrato, e tenho a firme convicção de que, em todos os lugares, a moeda com que se paga é aquela com que se faz o cálculo. A verdade, então, é que, sendo os escravos a mercadoria principal, a moeda é o homem, moeda invariável e fácil de calcular, quando dele forem avaliadas, como eles costumam fazer, unicamente as qualidades físicas. O homem é avaliado em makutas, como se as makutas fossem subdivisões do seu valor; e tal avaliação do ho-

67. Ver *Macoute no Dicionário do Comércio* [N.d.A.], Jaques Savary des Brulons (1657-1716), inspetor geral das manufaturas e da alfândega da França, autor desse *Dicionário*.

mem, como se pode observar pela experiência, é a mais constante. Pode ser que um dia se abandone o costume de ter escravos, mas enquanto existirem, o valor deles será o menos variável.

*As moedas de cálculo. É inútil fixar o cálculo mediante o uso exclusivo de determinadas moedas*

Voltando agora a tratar do nosso tema e a falar das moedas de cálculo, presumo ter deixado claro o quanto seja inútil determinar por lei as moedas de cálculo se não há moeda estável. De fato, se em um país bem governado todas as moedas forem de uma mesma e boa qualidade e a proporção entre os três metais for fixada corretamente, não há nenhuma importância em como e com o que se compute. Se, no entanto, as moedas forem desiguais, mas tiverem todas livre circulação, os preços serão estipulados com as boas, mas cada um irá procurar pagar com as más, e as boas acabarão saindo do país. E ainda, se for prescrito por lei que se pague com aquelas mesmas moedas com que se estipularam os preços, isso equivale a suprimir as moedas más; e, então, se não forem fabricadas novas, o país ficará sem moeda. Em todos os casos, torna-se inútil e vão fixar as moedas de cálculo. Pois, se o legislador fixou essas regras para poder mudar comodamente o valor das moedas que não são de cálculo, ele está se preparando mal para uma operação péssima e desastrosa; isso porque, como pode acontecer que aumentar o valor de toda a moeda, ou de todas as que são feitas de um mesmo metal, não seja prejudicial, sempre acontecerá que mudar tão-somente uma parte das moedas de um mesmo metal será danoso ou inútil.

É verdade que, como a moeda de ouro não é utilizada para cálculo quase em nenhum país, se possa crer que elevar o valor de todo esse metal não atinja o cálculo. Mas para fazer isso (além do fato de que o ouro, mais que qualquer outra moeda, nunca deve ser alterado), não é preciso fazer uma lei, porque quando a suprema autoridade eleva o valor da moeda, se quiser tirar vantagem do que fez, tem de ser a primeira a infringir tal lei. Com efeito, quem governa deve ter dívidas na mesma moeda que impôs a seus próprios súditos para o cálculo, e não a tendo alterado, terá de pagar com as outras, elevadas de valor ou refundidas. Ninguém, portanto, respeitará aquela lei que a suprema autoridade infringiu primeiro, e seguir-se-ão aqueles males que descreverei amplamente ao tratar do aumento do valor da moeda.

*Confirmação disso com o exemplo da França*

Temos um exemplo disso no que tem acontecido na França. Na famosa reunião dos Estados em Blois, em 1577, Henrique III proibiu o antigo cálculo em libras, soldos e denários, substituindo-os pelos escudos de ouro. As razões do edito, apresentadas num relatório do Supremo Tribunal das Moedas<sup>68</sup> e aprovadas pelo rei, eram as seguintes: 1. que o preço das mercadorias tinha aumentado excessivamente; 2. que se recebia menos moeda dos estrangeiros que compravam os produtos franceses; 3. que os comerciantes estrangeiros tinham aumentado o valor de algumas moedas, cujo valor não tinha subido por ocasião do aumento do valor da moeda; 4. que nos arrendamentos e nos censos com preços fixos se perdia muito da verdadeira renda; 5. que as rendas do rei diminuía consideravelmente.

*Considerações sobre a primeira objeção do Supremo Tribunal das Moedas em Blois*

O que um homem lúcido pode inferir desse edito lança luz sobre toda a ciência da moeda. Em primeiro lugar, vê-se que esse relatório expõe as perdas advindas do aumento do valor da moeda, mas isso não tem, nem poderia ter, conexão alguma com a moeda de cálculo; e teria sido mais razoável pedir uma redução do valor, e não o que se estabeleceu no edito. Nem se pode dizer que foi pedido o cálculo em moeda invariável, para buscar desse modo, quase que implicitamente, remédio aos prejuízos causados pelo aumento do valor da moeda. Com efeito, como esta moeda constante não existe, estava-se pedindo uma quimera, e a nova lei de Henrique IV, que a aboliu, demonstra que o objetivo não foi alcançado. Contrariamente a todos, portanto, que acreditam que a moeda imaginária seja mais estável do que a real, o Supremo Tribunal das Moedas solicitou que se criasse uma lei para que o cálculo em libras imaginárias passasse a ser em escudos reais, pensando, desse modo, em torná-lo invariável. No mínimo, uma extravagância! Não é menos estranho que se buscasse ter esta-

68. Trata-se da *Cour des monnoyes* de Paris, que era o órgão jurisdicional e consultivo supremo em matéria de moeda, e nas controvérsias relativas a seu valor e a seu curso.

bilidade e segurança por meio de editos e decretos, que provocam exatamente o efeito contrário. Tal estabilidade só se pode encontrar na natureza das coisas e não deve ser procurada alhures.

*Considerações sobre a segunda*

Em segundo lugar, mesmo as reclamações contra o aumento do valor da moeda não são todas verdadeiras. A primeira, que é a mais geral, é ridícula, pois é falso que as mercadorias fiquem mais caras depois de um aumento do valor da moeda. Ficam mais caras nominalmente e não de fato, já que o aumento do valor não é senão uma mudança de nomes e os nomes que a moeda passa a ter são os mesmos que passarão a ter os preços das mercadorias. Isso se parece com o caso de um homem que, tendo de pagar cem ducados, fosse obrigado a pagar duzentos meios-ducados, e se queixasse de que, enquanto antes lhe chegava ao ouvido o som do número "cem", agora ouve o outro, mais assustador, de "duzentos". Além disso, é evidente que quando se compra caro, também se vende caro, de forma que queixar-se dos preços aumentados é o mesmo que queixar-se de que as coisas estão sendo bem vendidas.

*Considerações sobre a terceira*

Não é verdade que os estrangeiros saiam ganhando (que é a terceira objeção), porque, como eles não são soberanos nos Estados alheios, devem sujeitar-se aos preços fixados pelos habitantes do país e à mesma alteração de nome. Ou seja, tanto uns quanto outros devem entregar o mesmo peso de metal, seja qual for a sua denominação. Mas disso falaremos daqui a pouco. Por enquanto, para aliviar o espírito do leitor com algo engraçado, basta-me que ele entenda que o aumento dos preços destrói diretamente todos os efeitos do aumento do valor da moeda e que, continuando a mesma a realidade, só mudam os nomes. Quando, então, os franceses se queixavam de que tudo tinha ficado mais caro, estavam-se queixando de que o tão odiado aumento do valor da moeda não tivesse surtido efeito, o que quase leva a crer que desejassem ter mais um. É certamente, se os atos de uns poucos pudessem tornar culpada a nação inteira, o teriam merecido como punição.

Em quarto lugar, nem era justa razão de queixa o fato de algumas moedas, deixadas inalteradas pela lei, terem sido modificadas pelo povo. Primeiro, porque é impossível que tivessem sido modificadas por estrangeiros, que mantêm um comércio muito pequeno com a França, reino riquíssimo por natureza. Segundo, porque se isso de fato ocorreu, foi em consequência da ordem natural das coisas, sendo máxima verdadeira, e confirmada pela experiência de todos os tempos, que os atos dos povos tendem sempre a seguir o curso natural e justo, ou a afastar-se dele o menos possível; enquanto que, pelo contrário, as leis de quem deveria governar com justiça, às vezes, sufocam e violentam tal curso. E se essas leis tivessem tanta força em si quanto é o prejuízo que causam seriam capazes de arruinar um Estado. Mas a Providência deu à natureza, pelas suas próprias leis, uma força infinita de autoconservação, que destrói toda ação que lhe seja contrária e que a perturbe. Na sociedade, essa força, poderia ser chamada muito bem de elasticidade moral, como direi mais adiante, quando também veremos se o que o relatório do Supremo Tribunal das Moedas contém, em última instância, seja verdadeiro, e teremos de constatar que, ou não é verdadeiro, ou não causa prejuízo a todo o Estado. Mas por enquanto podemos concluir que, dos males expostos em tal relatório, sejam eles verdadeiros ou falsos, não há nenhum que possa ser sanado pela fixação da moeda de cálculo.

*Edito de Henrique IV*

Vamos agora ao edito de Henrique IV de 1602, que anulou o de 1577 e restabeleceu as libras, os soldos e os denários. A razão de tal reintegração foi o fato de aquele outro cálculo ser, nas palavras do edito, "causa das excessivas despesas supérfluas e do encarecimento de todas as coisas". É por isso, então, que o cálculo em escudos é revogado e amaldiçoado com imprecações e palavras de ódio, e é substituído pelo antigo. Esse decreto, na verdade, só demonstra que os homens que comandavam a França daquela época não eram melhores que os outros. O que ele diz só pode vir de alguém que ignore completamente a arte de governar. As despesas supérfluas excessivas são as companheiras fiéis da paz e da prosperidade, e o encarecimento das mercadorias é o sinal infalível do florescer de uma nação; e tudo isso era devido à sabedoria daquele rei de tão grande valor.

Em conclusão, para resumir, o Supremo Tribunal das Moedas mandou Henrique IV promulgar um edito contrário ao seu bom governo; e as queixas inconsideradas do povo induziram-no a aceitar um remédio contrário ao imenso bem que ele fazia à França, a qual, por isso, o honra justamente como restaurador e pai. E o engraçado nessa história é que o remédio foi tão inofensivo quanto o suposto mal, já que, crescendo as riquezas cada vez mais, a França viu crescer também o tão condenado excesso de despesas.

*Razões desse edito*

Se alguém me perguntasse qual podia ser a verdadeira razão desse edito, responderia que, mesmo depois de ter meditado a respeito, tenho dificuldade em encontrá-la. Mas deve ser uma das que seguem. Em primeiro lugar, vejo que quando alguém se queixa de alguma coisa raras vezes acerta a causa verdadeira, e sempre atribui a culpa ao fato mais recente de que tem lembrança. Foi talvez por isso que os franceses, lembrando-se do antigo cálculo em libras e da grande pressa com que Henrique III o proibiu, e não estando satisfeitos com a situação em que se encontravam (assim é a natureza dos povos, pronta a esperar mais do que o devido e a sofrer menos do que o necessário), atribuíram toda a culpa ao cálculo em escudos de ouro. E ficaram tão impacientes de vê-lo anulado, que o rei foi obrigado a satisfazer os desejos deles com uma mudança que, por si só, não continha nem utilidade nem dano.

*Se é verdade que o grande valor da moeda de cálculo seja indício das riquezas do povo que a usa*

Em segundo lugar, pode ser que, naquela época, se acreditasse no que ainda hoje ouço muitos doutos repetirem, isto é, que seja indício de riqueza de uma nação o grande valor da sua moeda de cálculo. E julgo que, nos dias de hoje, isso possa ser deduzido do fato de os ingleses serem riquíssimos. Como eles calculam os preços em libras esterlinas, que é a moeda de cálculo de maior valor dentre as que se usam em todos os países, faz-se dessa coincidência acidental uma máxima geral. Para perceber quanto isso é falso, basta olhar para os exemplos da história. A França, reino muito poderoso, sempre calculou os preços em libras, que é moeda



de pouco valor, do mesmo modo Gênova e Veneza. A Holanda, em florins. Mas o melhor exemplo nos vem da Espanha, que, justamente quando era a maior e a mais rica potência, calculava em réis e com os pequeníssimos maravedis.<sup>69</sup>

O valor pequeno da moeda de cálculo tampouco contribui para a parcimônia, porque, ao precisar de peças grandes, o francês usa ainda hoje os luíses de ouro, a Espanha as peças e as doblas, Florença os florins, Gênova e Veneza os cequins, a Alemanha os táleres e os húngaros, a Moscóvia os rublos. O maior exemplo disso, contudo, encontramos-lo na antiga Roma. Ela usou para cálculo o sestércio, que é de pouquíssimo valor, e nunca o trocou. Quando, então, o seu poder e as suas riquezas aumentaram tanto que só se usava o sestércio aos milhares, omitiu-se a palavra "mil", de modo que, de repente, veio a criar-se a moeda de cálculo de maior valor jamais usada em qualquer lugar e que corresponde, em peso, a mais de vinte e cinco dos nossos ducados.

Sendo suficiente isso sobre a moeda imaginária e de cálculo, passo a falar agora dos erros causados pela imperceptível alteração da medida das coisas, ou seja, do dinheiro. O que estou para dizer é digno de muita reflexão, e se eu não souber corresponder à amplitude desse assunto e se vacilar sob o seu peso, confio que os meus leitores, avançando do ponto onde parei, terão pouca estrada a percorrer.

*Considerações a respeito das falsas queixas devidas ao desconhecimento da alteração do valor intrínseco dos metais*

Um grande inimigo da boa atuação do príncipe são as reclamações do seu povo, não porque sejam sempre injustas, mas porque nem sempre se lhes deve dar ouvido, exatamente como nem sempre os gemidos de um doente devem servir de regra para quem trata dele, pois, às vezes, a doença não está onde dói e, às vezes, é o próprio remédio que é doloroso. Por isso, as supremas autoridades, a quem é confiada a saúde dos corpos políticos, devem investigar zelosamente a origem das queixas dos súditos e procurar o tratamento oportuno. E para que não caiam

69. Portugal, não menos rico de metais, ainda hoje calcula em réis, moeda também muito pequena. [N.d A.]

em erro quando se trata de queixas sobre a moeda, convém salientar o que a experiência freqüentemente nos mostra, ou seja, que como nem todos sabem que as moedas não são medida invariável, surgem entre os povos rumores infundados, e os magistrados, ao dar-lhes ouvido, promulgam leis e regulamentos pouco ponderados, que, sendo contrários à natureza, logo são desrespeitados ou burlados.

Reduzem-se a quatro os enganos principais: 1. quando um país enriquece, ouvem-se queixas de escassez e de miséria, que, contudo, não são constatadas; 2. invejam-se as nações vizinhas e os tempos antigos que, se comparados a ele, mereceriam desprezo ou comiseração; 3. julga-se que o príncipe esteja aumentando os impostos, quando, às vezes, ele não faz outra coisa senão igualá-los aos antigos que haviam diminuído; 4. censura-se como luxo, preguiça e como artes desprezíveis o que, pelo contrário, deveria ser reconhecido como abundância, tranqüilidade, operosidade.

*Falsas queixas de escassez em época de prosperidade e de bom governo*

Como já muitos pensadores têm observado, o homem é por natureza um animal insaciável e, por isso, sempre lamuriendo e aborrecido. Assim, ele é sempre levado a considerar o lado ruim das coisas, sempre se demonstra descontente de sua condição, seja qual for, culpando e censurando ora a Providência, ora os seus semelhantes, ora a si mesmo. Mas a verdade é que os seus atos não correspondem às suas palavras e é preciso julgá-lo pelo que faz e não pelo que diz. Eu tenho por sólida, portanto, a máxima fundamental de que o homem, na mesma medida em que, muitas vezes, é injusto, desatinado e irrefletido ao falar, é disciplinado e ajuizado nas suas ações, as quais, quase sem que ele mesmo se dê conta disso, raras vezes se afastam da razão e da verdade.

Para saber qual é o país onde se vive melhor, então, não se deve dar ouvido às palavras de ninguém, mas olhar onde os homens, deixando a sua própria pátria, vão morar e onde geram mais filhos. É este o lugar. E embora esses forasteiros chorem as terras que deixaram (como se ouvem muitos entre nós) e os pais deplorem a pobreza de seus filhos, até o momento em que não voltarem ou ficarem sem esposa, não se deve acreditar neles.

*Continuação do mesmo tema*

Nem se deve acreditar nas queixas de miséria. Quando num país a produção cresce, ele tem mais a receber do que a pagar aos países vizinhos; isso porque, uma vez que adquiriu as mercadorias destes, pode atrair para si o dinheiro alheio através das suas próprias mercadorias excedentes. Aumentando a quantidade de dinheiro e mudando a sua relação com as mercadorias, tudo parece mais caro; mas se as mercadorias encarecem, da mesma forma crescem os ordenados e qualquer outro ganho. Todos se queixam desse encarecimento como se se tratasse de escassez e, por ser o homem de uma avidez insaciável, nem dão mostras de perceber ou se alegrar com o aumento e a maior facilidade das compras; lamentam só a despesa, como se o dinheiro fosse parar em mãos estrangeiras, e não nas dos próprios concidadãos. Essas reclamações certamente não são de todo o povo, mas só daqueles que, julgando saber mais do que os outros, falam mais e ensinam os outros, que não sabem, a falar como eles; e, no entanto, muitas vezes tiveram uma influência tão grande sobre quem governa, que saíram editos e leis contra a prosperidade, para promover a miséria.

*A freqüente tolice de elogiar um país, por ter víveres baratos*

Lembro-me de ter ouvido muitas vezes pessoas que, querendo enaltecer Roma acima de Nápoles, se baseavam no fato de os preços das coisas serem menores lá do que aqui; nem lhes ocorria que se isso fosse verdade – e não entro no mérito disso – teriam demonstrado a inferioridade de Roma. Uma maneira de deixá-los sem palavras seria perguntar-lhes se sabiam que nas cidades da Marca e dos Abruzos<sup>70</sup> tudo é muito mais barato do que nas duas capitais, e se disso se devia concluir que os vilarejos daquelas regiões estariam à frente de Nápoles e Roma. Assim, qualquer que fosse a resposta, Roma ficaria sempre a meio caminho entre Nápoles e os Abruzos. O erro dessas pessoas é tão difundido que se encontra até entre os que mais entendem; e não é muito diferente do despropósito de admirar, em Roma, a abundância de queijos, de alca-

70. A *Marca* e os *Abruzos* eram regiões muito pobres da Itália central, pertencentes, na época, respectivamente, ao Estado Pontifício e ao Reino de Nápoles.

chofras e de caça, como se pastos incultos, frutos espinhentos e animais do mato enobrescessem o campo ao redor de uma capital.

*O maior valor das mercadorias é sinal de bom governo*

Deve-se concluir, pelo contrário, que o maior valor das coisas é o guia mais seguro para saber onde estão as maiores riquezas. Com efeito, como os homens levam consigo as riquezas e procuram um lugar onde se viva melhor, observando isso, pode-se saber onde está o melhor governo e a felicidade, sua filha. Então, é um mérito para Londres e Paris que ali seja tudo mais caro, e essas cidades não diminuam de população por isso; é um mérito que demonstra ser o nosso século melhor que os passados.

*Por que o preço alto é chamado de escassez*

Para descobrir a origem desse engano comum, é preciso reparar que todas as calamidades fazem aumentar o preço das coisas, mas com esta diferença: que um tipo de encarecimento absorve o dinheiro de todo um lugar, outro o aumenta. A razão disso é que nas calamidades (e todas elas são precisamente a falta das produções locais) um país toma mais do que dá, e assim o dinheiro vai embora; nos tempos de prosperidade, a maior produção faz entrar dinheiro e, nesse caso, os preços altos são uma vantagem, porque entra mais dinheiro. É assim que as manufaturas da Inglaterra, disputadas por todos por sua perfeição, atraem o dinheiro para esse país. Ora, se lá se vivesse com menos despesa, elas valeriam menos, e atrairiam menos dinheiro. É bom, portanto, que na Inglaterra o custo de vida seja alto.

*Diferença entre o aumento dos preços devido às calamidades e o que se deve à prosperidade*

Se quisermos agora distinguir o aumento dos preços provocado pelas calamidades daquele devido à prosperidade - e saber isso é muito útil para os que governam -, vejamos como se apresenta nas duas circunstâncias.

O encarecimento provocado pela escassez é de curta duração e é seguido por uma grande baixa de preços; o da prosperidade vai aumentando sempre

e é duradouro.<sup>71</sup> A razão disso é que, nos anos em que, pela guerra, pela peste ou pelo mau tempo, não há colheita, diminui o número dos vendedores em comparação ao dos compradores; por conseguinte, os preços sobem e muitos empobrecem. Uma vez pobres, não podem mais comprar coisas caras e, ou ficam sem, ou saem do país, diminuindo, de um modo ou de outro, o número dos compradores. Os vendedores, então, que por sua vez precisam vender, e às vezes precisam muito, vendem ao preço que conseguem; e assim os preços baixam, mas a pobreza e a miséria persistem. Além disso, quando um país não tem seus próprios produtos, deve trazê-los de fora, e essa despesa deve ser paga em dinheiro, que se vai embora. Depois disso todas as coisas baixam de preço, uma vez que a moeda, tornando-se mais escassa, fica mais cara. Na prosperidade, ao contrário, o aumento dos preços nasce da maior circulação do dinheiro; e como este não está separado da abundância, não só dura, mas atrai pessoas de fora pela esperança de ganhar. Elas trazem novas riquezas, e os preços, pela abundância da moeda, crescem cada vez mais.

*Explicação de dois fatos estranhos, ocorridos em nosso reino*

E aqui vem a propósito explicar a causa de dois fatos, que não são raros, embora pareçam estranhos. O primeiro é o que se observou entre nós há não muitos anos. Naquele ano, havia-se colhido pouco trigo, e todos esperavam um preço altíssimo; mas como, infelizmente, se haviam estragado também as azeitonas, o trigo, ao invés de encarecer, baixou de preço, que se manteve sempre baixo. No entanto, ouviam-se queixas e lamentações de carestia de todos os lados. A razão de um acontecimento tão imprevisito era que, vindo a faltar um dos principais ramos de produção, um enorme número de pessoas não encontrou trabalho nos olivais e ficou muito pobre. O pobre, mesmo querendo, não tem condição de pagar caro as coisas; e, por isso, os vendedores de trigo, que não eram menos necessitados, tiveram de se adaptar ao poder de compra dos compradores, e não à escassez da colheita.

Um fato contrário observou-se este ano, que foi extraordinariamente fértil. Esperavam-se preços baixíssimos, que, no entanto, até agora não foram vistos; e

71. Cfr. a nota XI de Galiani, à p. 364-365.

isso por causa da própria abundância, que supriu as necessidades de todos. Quem não precisa não vende e aguarda um tempo melhor, e, quando não se tem urgência de vender, os preços não baixam. É assim, então, que a escassez, às vezes, gera preços baixos, e a abundância preços altos.

#### Conclusão

Agora, para concluir, peço aos meus concidadãos que, atendo-se à verdade e não às falsas aparências, se alegrem se a presença do próprio rei entre nós tem feito encarecer as coisas de maneira estável e produzido aquele excesso de despesas que é filho da opulência e da velocíssima circulação do dinheiro; peço que olhem não com saudade, mas com desdém para o tempo em que éramos província, quando os víveres eram mais baratos porque o dinheiro era gasto na corte longínqua.<sup>72</sup> Peço ainda encarecidamente aos que organizam o abastecimento a não se deixar levar em erro pelos discursos inconsiderados do populacho, que se agita tolamente, contra si mesmo e contra seus pares, ao pedir providências para garantir uma quimérica fartura de víveres, que é na realidade pobreza. E não queiram, baixando por demais os preços, oprimir a parte inocente do povo que trabalha para o nosso sustento; e, arrancando-lhes seus parcos ganhos, fazer voltar a pobreza e a fome e deixar que os avarentos poupem aquele dinheiro que deveria ser gasto justamente para afastá-las.

*Erro em acreditar que os impostos aumentaram em comparação aos séculos passados*

O terceiro erro entre os já mencionados é até mais pernicioso, porque acusa injustamente o príncipe de tirania. Ouve-se todos os dias que ele aumenta os impostos,<sup>73</sup> e isso parece ao povo opressão e servidão; mas na maioria das vezes esse aumento é falso. O motivo é o seguinte. O imposto

72. O Reino de Nápoles, depois de dois séculos (1504–1707) de sujeição à Espanha, que governava esta província por meio de um vice-rei, e de um breve período de dominação austríaca (1707–1734), recuperou sua independência em 1734 sob a dinastia dos Bourbons.

73. Em italiano, *dazi* (sing. *dazio*), que eram propriamente os impostos indiretos sobre o consumo ou sobre a circulação de mercadorias entre um território e outro. Galiani, no entanto, como outros autores, usa esse termo também no sentido geral de impostos. [N.d.T.]

costuma ser fixado sempre em proporção ao preço da mercadoria e às necessidades do Estado; e essas necessidades são as remunerações pagas pelo soberano. Quando a moeda aumenta, é preciso aumentar essas remunerações; e, crescendo os preços das mercadorias, muda também a proporção entre o valor da mercadoria e o imposto sobre ela. Tal coisa obriga o príncipe, se não quiser falir, a aumentar os impostos com base na nova proporção. Mas isso não é propriamente aumentar, é igualar. Nos tempos de Afonso I,<sup>74</sup> todos os nossos antigos impostos foram abolidos e reduzidos a quinze carlinos por lar; hoje, além das gabelas,<sup>75</sup> pagam-se cinquenta e dois carlinos por lar. Os tolos invejam aquele tempo e se queixam do presente. Insensatos! É tão fácil demonstrar que a moeda, hoje, tem um valor pelo menos sete vezes menor do que naquele tempo, de forma que aqueles quinze carlinos correspondem a mais de cem hoje.<sup>76</sup> Por que se espantar, então, se além do imposto por lar se acrescentaram os impostos sobre as mercadorias? Sem isso, o Reino não poderia sustentar as despesas necessárias. Tal o poder da variação imperceptível do valor intrínseco. E no entanto, em que medida esse engano estava arraigado na cabeça de muitos, viu-se no furioso tumulto do povo em 1647,<sup>77</sup> quando a multidão pediu insensatamente que fossem abolidos os novos impostos, e só ficassem os de Afonso I, ratificados por Carlos V. Estavam tão errados quanto doidos por pedir uma coisa que prejudicava e arruinava os mesmos que a pediam.

Certamente, as desventuras lamentáveis deste nosso pobre reino não nasciam todas dos impostos que acudiam às necessidades da monarquia espanhola, mas de muitas e variadas causas, que não é tempo agora de enumerar. Mas como, sem perceber, cheguei a falar dos impostos, e embora trate desta parte de forma mais acabada em outra obra sobre a arte do governo,<sup>78</sup> não quero prosseguir sem adiantar desde já algo importante sobre tal assunto.

74. Afonso V de Aragão, I de Nápoles. Residiu em Nápoles de 1442, ano da efetiva conquista desse reino, até a morte, em 1458.

75. No Reino de Nápoles eram os impostos sobre as vendas no varejo de gêneros alimentícios.

76. Cfr. a nota XII de Galiani, à p. 365-371.

77. Trata-se da famosa revolta conhecida como a de Masaniello (Tommaso Aniello, 1620-47), popular napolitano, que, diante do reestabelecimento do tão odiado imposto sobre as frutas, chefiou a insurreição popular, que se alastrou também nas províncias do Reino.

78. Cfr. a nota XVI de Galiani, à p. 374.

## *II. Digressões sobre os impostos, sua natureza e por que, às vezes, eles são prejudiciais*

Imposto é *uma quota dos bens dos particulares que o príncipe toma e depois dá de volta*. Se essa quota fosse devolvida àqueles mesmos que a deram, mesmo que fosse igual a todos os bens dos particulares, não traria prejuízo nem vantagem para ninguém. Os impostos, então, por si sós, não são nem úteis nem prejudiciais; mas se não forem devolvidos aos que os pagaram, tornam-se prejudiciais para alguns, vantajosos para outros. Ora, se eles fossem devolvidos às pessoas honradas de um país, com o uso que se faz dos impostos, os bons ficariam premiados e todos os maus punidos. Portanto, o uso dos impostos em si pode ser da máxima utilidade. E mesmo que sejam muito pesados, não diminui a vantagem que eles trazem, ao contrário, ela aumenta, pois quanto maior for o prêmio dos que trabalham e são honestos, mais severa se torna a pena dos ociosos, dos desordeiros e dos indignos. Em conclusão, não é por serem pesados que os tributos são um mal.

*Em que consiste o mal dos impostos*

Todo o mal está em três pontos: ou porque não são universais, ou porque são mal atribuídos, ou porque são mal usados e mal distribuídos. No primeiro caso, nem todos os preguiçosos ficam submetidos ao ônus devido, nem todos os que merecem têm seu justo prêmio, devendo assim o Estado carregar um peso menor com incômodo maior. Exatamente como se você amarrasse a metade de toda a carga de um cavalo em suas orelhas: a única coisa que ele vai conseguir fazer é parar e cair no chão. Essa disparidade se encontra mais freqüentemente nos impostos que não obedecem a regras bem definidas e foi bastante comum nos governos de épocas bárbaras. Às vezes, podem ser mal atribuídos, interrompendo assim as atividades produtivas. Nem dá para dizer quanto mal isso causa, porque é fácil entender que se um príncipe pegasse a metade dos bens de seus súditos, mas os deixasse livres e à vontade para adquiri-los, os empobreceria menos do que aquele príncipe que, tomando só uma pequena parte, lhes tirasse os meios de poder adquirir alguma coisa. É o mesmo que



acontece a um cavalo: se ele é capaz de puxar um peso pesado com facilidade quando a corda é bem apertada no peito, ao deixar-lhe cair essa corda entre as patas, não só qualquer peso pequeno, mas a própria corda lhe tiraria qualquer movimento ou o faria cair.

*Mau uso dos impostos*

Por fim, os impostos arruinam um país quando são usados pelo príncipe para premiar os patifes, os ociosos e os que não merecem; ou, então, quando estes ficam isentos, enquanto se obriga os honestos a pagá-los; ou, também, quando são gastos fora do país ou dados aos estrangeiros. Por estrangeiros deve-se entender os que moram em outro país, ou que mudam para outro país para enriquecer e depois vão embora. Mas aqueles que, tendo nascido fora, chegam a estabelecer-se num país, merecem mais amor e carinho do que os próprios compatriotas; e o país que conseguir atrair o maior número deles, será mais feliz e poderoso que os outros. A Holanda, outrora miserável e pantanosa, deve toda a sua potência a esses estrangeiros; a Prússia, sua força; a Moscóvia, as artes e a cultura. E são eles a razão primeira da atual opulência de Nápoles, podendo-se ver que, enquanto antes uns poucos estrangeiros a empobreciam, hoje, um grande número deles vindos de toda parte a fazem prosperar. Os primeiros, como escoadouros, levando para outro lugar suas riquezas, ainda que ganhas honestamente, nos depauperavam; os segundos, quase como rios, além de ter aqui os seus próprios ganhos, trazem mesmo de longe os bens paternos e avitos, poucos ou muitos que sejam, e, gastando-os aqui, os fazem nascer de novo.<sup>79</sup>

A partir do que disse a respeito dos impostos, vê-se que o fato de eles serem grandes ou pequenos não provoca nem bem nem mal, mas pode, contudo, provocar um ou outro efeito. Entende-se assim que as reclamações contra o aumento dos impostos são injustas, uma vez que, ou esses aumentos são falsos, ou, se forem verdadeiros, por si sós, nunca devem dar prejuízo.

79. Considera-se que Galiani queira estabelecer a diferença entre as condições do Reino de Nápoles sob a dominação austríaca e a dos Bourbons.

*Causas e sinais do declínio de um país*

Antes de encerrar esse assunto, é bom que se diga como e por que um país decai e se destrói a fim de que se saiba distinguir os sinais verdadeiros desse mal dos ilusórios.

As riquezas de um país são as terras, as casas, o dinheiro. Os animais devem ser classificados entre os frutos da terra, pois são as únicas produções dos pastos. Quem produz e consome todas essas riquezas é o homem; é ele, portanto, que as transforma em riquezas. Por isso, não estranhem que eu considere o próprio homem como uma das riquezas; aliás como a única e verdadeira riqueza. Ora, dessas quatro riquezas, as duas primeiras são imóveis, as outras duas, móveis. E destas últimas o dinheiro é mais móvel do que o homem, porque o dinheiro, quando sai do país, deixa entrar em seu lugar outras riquezas, na forma de várias mercadorias necessárias ao país, que, assim, se torna mais pobre; mas os homens, quando partem, sempre perdem parte de seus bens, pois devem deixar terras, casas, parentes, honras e a própria pátria, só podendo levar consigo o dinheiro. E mesmo quando muitas pessoas juntas pretendem deixar sua aldeia, não podem, ao vender as casas e as terras abandonadas, convertê-las em dinheiro no valor equivalente. O homem, então, é menos móvel do que o dinheiro. As terras e as edificações são totalmente imóveis, no que concerne ao movimento de ir de um lado para outro; o único movimento que elas têm é, estas, de serem construídas e de caírem, aquelas, de serem cultivadas e de ficarem estéreis.

Um país perde toda a sua riqueza quando o dinheiro (e aqui incluo todos os bens móveis preciosos) sai, quando os homens vão embora ou as famílias se extinguem por falta de descendentes, as edificações caem em ruína, as terras voltam a ser mato. A ordem em que essas coisas acontecem é exatamente a exposta acima, e depende justamente da diferente mobilidade delas. A causa de toda essa decadência é a escassez. A escassez nasce, às vezes, do mau tempo; e esta é a menor, porque, com exceção de alguns casos raríssimos, as colheitas ruins não duram mais de três anos consecutivos. E se parece que duram mais, é porque as calamidades anteriores empobreceram os lavradores, os quais, por isso, não têm condições de semear em grande quantidade; e, certamente, quando não se semeia, não se colhe. Há escassez também por ocasião de epidemia de

peste entre os homens, mas esse castigo, como a experiência tem demonstrado, deve-se menos à ira divina do que à negligência dos homens; e boas normas sanitárias ajudam a torná-la menos freqüente. A escassez é produzida também pela peste dos bovinos, mas esta, quase em contrapartida à peste humana que se conseguiu conter, se tornou tão freqüente neste século, sem que se saiba debelá-la. Mas a causa mais comum da escassez e da destruição de um país é a guerra, que é a maior das calamidades, uma vez que inclui todas. E como depende completamente dos homens, é um mal para o qual não há remédio, visto que não há nada que os homens curem com mais dificuldade do que as suas próprias paixões.

Enquanto ainda houver dinheiro para sair do país e os homens não passarem necessidades, eles não vão embora; mas quando quase todo o dinheiro tiver saído e só restar luto e miséria, eles aí vão embora. Saem primeiro os que têm menos para deixar, ou seja, os mercadores e os artesãos; depois os outros, aos poucos, conforme o que têm para deixar. Os que ficam, não podendo casar de tão pobres, quando morrem aceleram o despovoamento. O número pequeno de filhos, além das razões já mencionadas, pode ter por causa a crueldade do governo, como no Oriente; ou a disparidade das riquezas, como na Polônia; ou a superstição, como na África e em todos os lugares onde as mulheres, depois da morte do marido, por uma disposição desumana, devem morrer também; ou o costume bárbaro daqueles países onde há muitos haréns e eunucos. Quando restam poucos homens, um país não tem como não ficar arruinado; e a invasão de um inimigo externo pode torná-lo escravo mais rapidamente e destruí-lo.

*O primeiro sinal do declínio de um país, que é a subida dos preços, é semelhante ao da prosperidade*

De todos os sinais da miséria, como vimos, nenhum se parece com os da prosperidade, com exceção do que segue: no começo das calamidades, o dinheiro sai em maior quantidade dos bolsos onde estava guardado, e assim tudo fica mais caro, exatamente como na prosperidade, quando entra um fluxo maior de moeda. Mas depois disso, mudam todos os sinais: na adversidade se seguem os que descrevi antes, na abun-

dância, os opostos. E se alguém quisesse conhecer ao vivo estes últimos, é só observar o nosso reino, que atualmente os reúne a todos. E isso se deve não à virtude do povo, mas ao príncipe, pois os súditos nem têm o mérito de ser laboriosos, nem a culpa de ser indolentes e ociosos. Da mesma forma, não se deve dar crédito àquele hábito de tachar os povos de dissolutos, preguiçosos e maus. A culpa não é deles, porque é natural que os súditos, depois de terem resistido inutilmente ao mau governo com a desobediência, se armem de apatia, sendo esse meio de defesa o último, o mais seguro e invencível, uma vez que os torna tão inúteis ao príncipe quanto se fossem rebeldes, e o príncipe tão fraco quanto se não tivesse súditos.

A experiência demonstrou que o homem é mais forte quando suporta do que quando age e, entre quem oprime e quem tolera, cede antes o primeiro do que o segundo, tendo também a inércia os seus vencedores. A verdade desse princípio, que encontramos tão freqüentemente nas histórias antigas, vê-se confirmada também com os habitantes da América, porquanto eles, com a sua extrema passividade, tão diferente da sua antiga laboriosidade, enfraqueceram e refrearam todas as ações dos europeus, subtraindo-se assim, de certa forma, ao jugo que antes a valentia inerme não fora capaz de romper. Depois, pode resultar disso que uma nação oprimida, de tanto apanhar, tem medo do bem e do mal, e se torna tão irracional que é preciso ajudá-la à força, como à força se cura a um cão apavorado pelas pauladas que causaram suas feridas.

E a respeito do engano que nasce da falta de conhecimento dos movimentos da moeda, temos dito o bastante. Agora é tempo de falar mais especificamente dela, e sobretudo das moedas de acordo com os diferentes metais de que são compostas.

## CAPÍTULO III

*Da moeda de cobre, de prata e de ouro**Utilidade de vários metais de diferente valor*

Em que medida a utilização de vários metais de valor desigual favorece o uso da moeda é tão evidente que não requer demonstração. Com efeito, já que é unicamente a quantidade do material que serve de medida, o metal precioso não é adequado para os valores pequenos, pois resultam excessivamente pequenas as partes da sua subdivisão; o metal de pouco valor, por sua vez, não é adequado para os valores altos, porque as moedas se tornariam excessivamente pesadas e volumosas. Por isso, Licurgo escolheu o melhor meio para seu propósito, sensato ou extravagante que fosse, quando, querendo que os espartanos permanecessem pobres, lhes deixou unicamente a moeda de cobre. E, pelo contrário, acredito que se os habitantes da América não usaram a moeda, foi porque só conheciam os metais preciosos. E se é verdade que essa diversidade é muito útil, também é verdade que, freqüentemente, é causa de grave prejuízo, como são todas as coisas humanas, um misto de bem e de mal. Determinar irrefletidamente a relação de valor entre esses metais pode empobrecer um país, porquanto o priva de forma irremediável de um ou de dois deles, deixando-lhe um só. E este, como já disse, tornar-se-ia tão incômodo de usar que se poderia considerar inútil. Mas é no terceiro livro que encon-

traremos inúmeros exemplos de relações de valor erroneamente determinadas. Pretendo falar agora das qualidades de cada classe de metais; das moedas de dois metais, ditas *billon*, tratarei mais oportunamente no sexto capítulo.

*Considerações sobre as nossas moedas de cobre*

O cobre puro circula hoje entre nós em seis moedas diferentes: o três-cavalo (nome que deriva da moeda *cavalo*, que correspondia a um terço desta e que deve seu nome ao cunho escolhido por Fernando I de Aragão), o quatro-cavalo, o seis-cavalo ou tornês (assim chamado pela cidade de Tours, cuja casa da moeda deu o nome às libras e aos soldos, e foi introduzido entre nós pelo angevinos), o nove-cavalo, o grano e a pública, que vale um grano e meio e tem esse nome pela legenda em que se lê *Publica Commoditas*.

*O cobre é a moeda mais útil*

O cobre (e incluo nesse nome todos os metais de pouco valor, de forma que o que disser do cobre vale para o ferro entre aqueles povos que o usaram como moeda), relativamente aos outros metais, tem uma utilidade enorme. Maior prova disso é que houve nações inteiras, como Roma, Esparta e as populações dos antigos saxões e francos, que só usaram esse metal. Ao contrário, não houve nação alguma que, não tendo metais de pouco valor, tenha usado a moeda. Nem vale a objeção de que os turcos não têm moeda de valor menor do que o aspre, que também é de prata, porque a cor que deriva da pequena mistura da prata com o cobre não modifica a sua natureza; nem a moeda de *billon* merece ser distinguida do cobre. É o cobre, então, ao mesmo tempo, a moeda mais baixa e a mais útil; e o que a experiência ensina, a razão confirma e demonstra.

*A primeira utilidade do cobre*

Com efeito, como se encontram muitas coisas que valem menos do que um quattrim, ou seja, do que um tornês dos nossos, ninguém pode negar

que é absolutamente impossível expressar esse valor em ouro, pois seria necessário pegar um grânulo de ouro menor que um grão de areia. Não vale argumentar que esse grânulo pode se tornar maior de tamanho e mais manipulável em liga com outro metal, porque, dizendo isso, se acaba reconhecendo que os metais de pouco valor são necessários. Nem vale a pena misturar-lhes o ouro, uma vez que o metal não nobre tem o seu próprio valor, servindo assim, por si só, de moeda. Se fosse possível misturar e fundir o ouro com alguma coisa sem valor, como as pedras e a terra, essa mistura teria utilidade; mas além de impossível, o trabalho para extrair o grânulo de ouro valeria mais do que o próprio grânulo, tornando a coisa impossível de qualquer jeito. Diga-se o mesmo da prata. No entanto, não há valor expresso pelo ouro que o cobre também não possa expressar: como se pode ter um milhão de ducados de ouro, querendo, pode-se ter de cobre. Não nego que isso traria um incômodo maior, mas, afinal, a disparidade que existe entre a grande dificuldade e a absoluta impossibilidade é a mesma que há entre a utilidade do cobre e a do ouro. Essa é a maior qualidade do cobre.

*Segunda utilidade*

A outra, não muito menor, é que ele está menos sujeito às fraudes e às artimanhas cometidas contra a moeda, e a sua circulação tem maior credibilidade. Os homens não amam ganhos pequenos e penosos, quando acompanhados de grandes perigos. Os soberanos, pelas grandes quantias que dão e recebem, só usam os metais preciosos e não pensam no cobre. Nem os que administram a casa da moeda poderão enganar o príncipe adicionando uma liga ao cobre: fraude que, para ser de algum proveito, tem de ser grande e evidente. E finalmente, as pessoas não dão atenção aos defeitos dessa moeda nem se preocupam com seu valor intrínseco, porque, quando não se tem medo das fraudes, os efeitos do desgaste e do tempo não são levados em conta. Assim, ninguém se incomoda se as moedas de cobre com que é pago estejam inteirinhas ou gastas; nem alguém deixa guardadas as boas, para pagar com as gastas e danificadas, como se faz com as moedas de ouro e até com as de prata. Aliás, o descuido é tão grande a ponto de se ver uma moeda de maior peso valer a metade de outra que pesa menos, de sorte que até parece que se converteram em

moedas representativas, como foram as de couro. E deve-se reconhecer que as desordens do nosso reino, no século passado, chegaram a uma dimensão incrível, dado que foram necessários tantos decretos para remediar especificamente a falsificação do cobre. Para obter um ganho tão mesquinho, aqueles patifes certamente não deviam ter medo algum; e que assim fosse de fato, conta-o a história e torna-o evidente o amontoado de leis contra eles, pois o grande número de leis sempre comprova a ineficácia delas.

*Se seria útil por isso que a moeda de cobre fosse moeda numerária*

Por essa sua qualidade, muitos julgam que seria útil ter o cobre como moeda numerária; e certamente estes pensam melhor do que aqueles outros que consideram tolamente de enorme utilidade o uso de uma moeda imaginária de prata. Mas eu nem sei se o cobre poderia desempenhar essa função. Ora, suponhamos que nós usássemos os granos e os torneses, assim como os espanhóis usam os reais para calcular. Alguém poderia me dizer qual seria a vantagem disso?

*Demonstração da inutilidade disso. Primeira suposição*

Em primeiro lugar eu perguntaria: seria fixado por lei quantos granos vale um ducado, ou não? Se a resposta for sim, é evidente que esse cálculo em moeda invariável acaba em nada, pois, se um ducado vale sempre cem granos, tanto faz contar em granos como em centenas de granos. Nem entendo que mal haveria em usar uma só palavra para expressar essa centena. A palavra *ducado* tem um som bonito, não é áspera, nem difícil de ser lembrada: por que, então, não usá-la? Ora, se a lei quer que o valor do ducado seja sempre de cem granos, é a prata que se torna moeda de cálculo, e não mais o cobre. Mas já demonstrei que a prata é de valor variável; por consequência, enquanto o cobre estiver vinculado por lei à prata, deverá acompanhá-la em todas as suas variações. E não se pode argumentar que o cobre, não havendo razão para mudar de valor por não terem crescido suas minas ou seu uso, não acompanhará os choques e as alternâncias da prata, que varia, quer pela descoberta de novas minas, quer por um novo uso nos bens de luxo, quer por decreto do príncipe. Pois



onde manda a lei, o cobre também lhe estará sujeito, ou, então, não lhe desobedecerá. E nesse estado de coisas, que corresponde ao aumento do valor da moeda, ou um dos dois metais sai de circulação, ou tem de se mudar a lei. Mas isso é contrário à premissa de que a relação de valor entre a prata e o cobre fosse predeterminada. Deve-se dizer o mesmo do cobre com relação ao ouro. Fica assim demonstrado que é inútil usar o cobre para cálculo enquanto o seu valor estiver ligado aos outros metais.

*Segunda suposição*

Suponhamos agora que as relações de valor entre os metais não estivessem estabelecidas. Embora não haja exemplo disso em nenhum país, a não ser na China (onde só cunham moedas de cobre, e compram e vendem o ouro e a prata como as outras mercadorias), vale a pena verificar, no entanto, se isso teria alguma utilidade em si que o torne recomendável.

Vejo que uma infinidade de pessoas erram por acreditar que o valor seja uma qualidade intrínseca das coisas, e não, como ele é, uma relação extrínseca, que varia de acordo com o lugar, a época e o povo. Por isso, eles se referem ao valor da prata, do cobre e do ouro como se nesses metais se tratasse de coisa estável, e não especificam em relação a quem ou a que tal valor seja determinado; exatamente como se alguém falasse de alto e baixo, sem revelar o ponto de referência. Ora, para descobrir a origem desse engano, gostaria que se observasse como o fato de os homens terem medido um metal com o outro e estabelecido a sua relação com a autoridade respeitável da lei, leve a falar do valor como de uma coisa determinada e conhecida, e, portanto, absoluta e não relativa. E, realmente, quando alguém pergunta quanto vale um ducado, certo não se responde: "Vale tanto de trigo ou de vinho", porque essa resposta, embora correta, não pode ser dada, uma vez que tal proporção não é fixa. Ao contrário, responde-se: "Vale cem granos"; e essa resposta, expressando unicamente a relação de valor entre o cobre e a prata, não é melhor que a primeira, mas, uma vez que tal proporção é fixa, aos ouvidos do povo parece que expresse o valor dos metais. E, por isso, falam dela como se fosse uma coisa conhecida e universal.

*Inutilidade de fixar a moeda de cobre para o cálculo*

Ora, caso a lei não determinasse uma tal relação, haveria entre os metais a mesma diferença de natureza que há entre o trigo e o vinho, e a prata. Nesse caso, o cálculo em cobre não só não seria mais cômodo, mas acabaria sendo mais incômodo do que agora, porque, depois de feitas as contas, restaria saber ainda quantos granos de cobre vale um ducado, e essa relação variaria e oscilaria sempre. E ainda seria inútil, já que os grandes pagamentos precisam ser feitos em prata ou em ouro; e assim sendo, pela força das coisas, aos poucos se voltaria ao cálculo em prata e em ouro. Em conclusão, o cálculo em cobre resultaria igual ao feito com o trigo ou com o vinho; e, para dizer tudo de uma vez, esse cuidado com a moeda de cálculo não merece ser tão grande assim. Sempre se achará que a coisa com que se paga é a mesma com que se calcula, seja mercadoria ou metal.

*Não há vantagem no fato de o cobre não estar sujeito a aumentos de valor*

Vem-me à cabeça agora que alguém poderia afirmar que é sempre melhor usar o cobre para o cálculo, pela razão de que não estaria sujeito às fraudes dos falsificadores e a inoportunos aumentos de valor. A isso respondo que as fraudes não mudam um cálculo que se faz com base em algo mais ideal do que real; e também que é falso que o cobre não esteja sujeito a aumentos de valor e, quando isso ocorresse, seria justamente porque, em tal caso, não estaria sendo usado como moeda de cálculo. É realmente vão querer impedir, através de expedientes ilegais, as determinações das supremas autoridades contrárias ao curso natural das coisas, pois este mesmo trata de ignorá-las sem que haja necessidade de repressão. Quando o aumento do valor fosse útil ao príncipe ou fosse necessário, e viesse a ser impedido pelo cálculo em cobre, a primeira medida que ele iria tomar seria de mudar tal cálculo. Tão frágil, então, é essa barreira, que a própria torrente a arrasta consigo.

*Não é verdade que o cobre não esteja sujeito a aumentos e reduções de valor*

É totalmente falso afirmar que o cobre não esteja sujeito a aumentos e reduções de valor; e fico surpreso de ver como é difundida essa opinião errônea, já que o erro é tão evidente. Aumentar e reduzir são termos rela-

tivos; então, quando se eleva o valor da prata, é preciso se perguntar de quais outras coisas se baixa o preço. Não dos comestíveis, nem dos outros gêneros, cujo preço é fixado livremente por quem vende; portanto, do cobre e do ouro. De maneira que, sempre que se eleva o valor da prata, o do cobre cai. Mas falaremos melhor disso em outro lugar. Agora vale a pena começar a examinar os inconvenientes que a moeda de cobre tem causado entre nós e as providências que seriam úteis e necessárias.

*Situação atual da nossa moeda de cobre*

A moeda de cobre é a primeira que, entre nós, deixou de ser cunhada, visto que nenhuma foi fabricada desde o reino de Filipe V em diante, o que equivale dizer há quase cinqüenta anos. E, no entanto, as moedas desse rei, em sua grande maioria, são bastante bem conservadas, ou danificadas unicamente pelo uso; mas as de Filipe IV, e algumas de Carlos II, foram todas tão monstruosamente cerceadas e desgastadas, naqueles tempos calamitosos em que este reino era atormentado por criminosos, que muitas delas têm apenas a metade do antigo valor que levam impresso. Há também algumas outras moedas, de um tempo não menos inesquecível de crimes e desgraças, que são chamadas *do povo*, e que o duque de Guisa mandou cunhar durante a sublevação de 1647; e são os granos e as públicas, que têm impresso, no anverso, as armas da Liberdade napolitana, no reverso, a Abundância, e tais efígies são uma um devaneio maior do que a outra. Essas moedas são a metade das outras, e provam muito bem que, em troca de abundância e liberdade, se dava ao povo, até onde era possível, fraude e violência.

*Por que a moeda de cobre continuava a circular mesmo que bastante gasta e falida*

Muitos acham estranho que moedas tão desiguais, gastas e falidas, circulassem e fossem aceitas tranqüilamente; e vale a pena dissipar a perplexidade diante desse fenômeno, que tem a sua razão de ser, explicando as suas causas. O metal de pouco valor não está sujeito aos danos da cerceadura, a não ser que sejam muito grandes. E além disso, quando um país tem uma má moeda de cobre, qualquer que ela seja, lhe convém usá-

la; nem pode escondê-la, liquefazê-la ou fazê-la sumir completamente, como se faz com o ouro e a prata. Isso porque, como ela é muito necessária ao comércio para pagar aquelas despesas miúdas que são o sustento de todas as grandes manufaturas, nunca alguém, para ter um pequeno ganho com a moeda de cobre, vai desfazer-se delas, arruinando toda uma atividade produtiva e um grande trabalho. E podemos ver que a distribuição dessa moeda sustenta toda uma categoria de homens que, por tal profissão, são chamados de câmbia-cavalos.<sup>80</sup>

Outra razão é que o cobre não passa de um país para outro, e quanto mais pesado e de pouco valor, tanto mais lerdo para sair. Enfim, a velocidade do seu giro, pelo menos quatro vezes maior que o da prata e seis que o do ouro, faz que cada um o aceite, porque sabe que sempre se pode desfazer dele. E ainda é fato evidente, e ao mesmo tempo confirmado pela história, que uma moeda tida como má por todos pode ter a mesma circulação que teria se fosse considerada boa, enquanto cada um estiver convencido de que o seu vizinho não a recuse. E essa circulação dura até que um novo acontecimento desmascare e abra os olhos a todos ao mesmo tempo, fazendo com que o medo de receber algo ruim se torne maior do que a esperança de passá-lo adiante. Os bilhetes de Estado, os bilhetes do Banco Real da França e as ações da Inglaterra foram, não muitos anos atrás, um claro exemplo disso, de forma que não é de estranhar que corram, entre nós, moedas de cobre dessa espécie.

Ora, querendo discutir se convém ou não cunhar nova moeda, e de que forma e em que quantidade, sou da opinião que sim, dando às novas um valor um pouco maior do que o intrínseco; mas seria necessário que se cunhassem poucas de cada vez, e não mais que isso.<sup>81</sup>

*O que deveria ser feito para melhorar a nossa moeda de cobre*

Seria uma injustiça alguém vir-me dizer que sou atrevido demais ao tratar dessa matéria que não faz parte do meu ofício, uma vez que não é prejudicial ao Estado exercer apenas com a palavra uma função que muitos, menos entendidos do que eu, poderiam exercer de fato; e se os erros

80. A denominação destes últimos deriva do nome "cavalo" dado a algumas moedas do Reino de Nápoles.

81. Cfr. a nota XIII de Galiani, à p. 371-372.

que eu porventura cometesse escrevendo poderiam ser corrigidos sem dano, já os que fossem cometidos de fato só ficariam conhecidos com a ruína do Estado.

Passo, então, a demonstrar o que sugeri. Quanto ao primeiro ponto, todos sabem que as coisas desse mundo só têm estabilidade se se renovam, e assim podem entender perfeitamente que, como todos os dias e por causa de tantos acidentes moedas se perdem e outras se gastam pelos uso, é necessário, para que não falem, que sejam renovadas. É igualmente evidente que não se deve esperar até que se apresente a necessidade, assim como no caso de uma doença não é preciso esperar que ela se manifeste para tratá-la. E há uma diferença muito grande entre ter uma despesa anual de dez mil ducados, por exemplo, e ter de gastar meio milhão num ano só.

Mas, quanto ao segundo ponto, já me parece ouvir a grita de muitos que, totalmente imbuídos e seguidores de uma certa concepção de justiça, reclamam que, ao sugerir ao príncipe que confira à moeda de cobre um valor extrínseco diferente do intrínseco, eu o esteja aconselhando mal, porque esse ganho se reverteria em prejuízo do Estado. A essas pessoas eu, que não me considero menos respeitador da fé pública e que não sinto em mim nenhuma inclinação à adulação, vou expor rapidamente a razão desse meu conselho.

*Por que é vantajoso dar à nova moeda de cobre um valor um pouco maior do que o intrínseco*

Qualquer tipo de moeda deve resguardar-se de dois inconvenientes. Um é de que ela não seja fundida outra vez depois de pronta por parte de particulares que pretendam usá-la em utensílios ou mandá-la para fora do país; pois, nesse caso, viria a faltar. O outro é de que não se fabrique mais moeda por parte dos súditos ou por estrangeiros além daquela cunhada pelo príncipe, porque, neste outro caso, haveria moeda em excesso. Quanto prejuízo cause uma coisa ou outra, é fato notório. A primeira acontece quando o príncipe fabrica moeda boa demais, ou seja: 1. que tem o valor extrínseco menor do que o intrínseco; 2. que, em comparação com as moedas anteriores ou as dos países vizinhos, tem maior valor intrínseco, ou, como se costuma dizer, é mais forte.

Não é difícil entender que, se um príncipe cunhasse hoje ducados com onze carlinos de prata pura, logo que saísse essa moeda, todos a esconde-

riam e a guardariam, e, continuando a pagar com os carlinos, fundiriam esses novos ducados ou os dariam aos ourives e aos mercadores que mantêm casas da moeda no exterior. É regra invariável, com efeito, que a moeda fraca expulsa a forte do mesmo metal, sempre que houver equilíbrio de forças entre as duas. Mas se o rei, por exemplo, apreendesse toda a moeda de prata do reino, e depois fabricasse a nova, dando ao ducado onze carlinos de prata, essa moeda nova não seria expulsa, uma vez que não teria ocorrido nada mais que a mudança do significado do termo ducado, o qual soaria hoje como onze carlinos; e o único resultado seria uma aparente redução dos preços em relação aos antigos ducados. E a moeda de prata não seria eliminada porque, não havendo mais da velha, ou havendo em quantidade mínima e insuficiente para fazer pagamentos grandes, não existe força para isso. Não estou me referindo agora à ação de um metal sobre o outro, que, no entanto, procede da mesma forma quando a relação de valor que se estabelece entre os dois não é a natural.

*Valor intrínseco das moedas de cobre*

Voltando, então, à discussão anterior, a moeda dos granos, aquela que estamos usando, antes era de doze trapesos o grano; mas hoje ela está inteiramente cerceada e gasta. Os granos que foram feitos depois, como os de Carlos II e os de Filipe V de 1703, eram de dez trapesos, ou seja, de um terço de onça, para ficarem proporcionais e iguais aos antigos, já reduzidos pelas fraudes. Entre nós, agora, a libra de cobre não trabalhado vale cerca de vinte granos e a do trabalhado corresponde a pouco mais de um terço; de uma libra de cobre, portanto, obter-se-iam trinta e dois granos. Mas na casa da moeda, de uma libra, fazem-se trinta e seis granos, havendo, então, um ganho de quatro granos cada libra, ou seja, de uns onze por cento. Se ainda se acrescentar a esse valor extrínseco, maior do que o intrínseco, a corrosão e o desgaste, que é enorme, resultará que as moedas de cobre, tomando por base uma grande quantia de cada tipo, terão um valor real de vinte e cinco por cento menor que o corrente. Ora, se o príncipe fizesse a nova moeda não reduzida e conforme o seu valor intrínseco, além de ele perder o cobre que deveria restituir às antigas já mutiladas, que deveriam ser retiradas de circulação, a nova seria boa demais e excessivamente desigual em relação à antiga, que deveria ser

fundida de novo para não ser recusada. E de qualquer maneira, essa despesa seria desnecessária e sem proveito algum.

Em conclusão, é bom que o príncipe, aumentando um pouco o valor extrínseco, equilibre de algum modo a nova moeda com a antiga, cujo valor extrínseco é bem maior. E acho que esse valor a mais deva ser só daqueles quatro granos por libra que a experiência já demonstrou não terem dado prejuízo e que eu acredito, aliás, terem ajudado.

*Tal valor extrínseco maior que o intrínseco não é causa de prejuízo*

Por conseguinte, é inútil temer que o fato de essa moeda ter menos metal do que ela vale lhe possa causar prejuízo, quando vemos que a moeda corrente, mesmo faltando-lhe muito metal, nunca sofreu o inconveniente de ser fundida nem de voltar a ser fabricada. E quando ela foi adulterada, a culpa não foi da moeda ruim, mas da execução de leis desprovidas de qualquer autoridade. Além do que onze por cento para o cobre é um valor irrisório, o que não estimularia muita gente a tentar ganhá-lo por medo de sofrer penas atrozes. Os estrangeiros não têm condições de fazê-lo, porque o ganho é pequeno. É difícil introduzir moeda de cobre num reino que já tem o suficiente, visto que nas grandes somas é recusada e, nas pequenas, os homens não têm paciência de prestar atenção a um rendimento tão insignificante.

Em resumo, para a moeda de cobre é melhor o defeito de ser fraca que de ser forte, porque quando é boa demais, é expulsa pela prata, e isso é um mal muito grande; quando é ruim demais, fica, mas não tem a força de expulsar a prata, contra a qual não pode lutar; e mesmo que consiga expulsá-la, o mal é menor. O comércio precisa do cobre mais do que de qualquer outra moeda; depois, do ouro e, por último, da prata. Isso me convenceu de que nós, que temos a moeda de cobre muito fraca, ao fabricá-la de novo, não devemos torná-la muito forte.

*Por que é preciso cunhar a nova moeda um pouco de cada vez*

Passo agora a falar por que motivo se deve fabricá-la um pouco a cada ano e não mais. Quando um país é afligido por falsificadores que cerceiam impunemente as moedas, é necessário, primeiro, extirpá-los e eliminá-

los; depois, ao emitir a moeda nova, apreender a velha e suprimir a sua circulação. Isso porque, se for emitida um pouco de cada vez, pode ser cerceada à medida que sai, e o mal não é emendado, assim como as águas dos rios não adoçam o mar. Mas quando um país, pela vigilância do seu governo, eliminou os autores do mal, permanecendo tão-somente os efeitos, como é o nosso caso, não é preciso refazer toda a moeda danificada, porque a despesa seria muito grande; e não é prejudicial retirar as piores e substituí-las com as novas aos poucos. Prejudicial seria, no entanto, a meia decisão de refazer muita moeda de uma só vez, ou seja, a metade da corrente; porque, nesse caso, o povo pode se dar conta da disparidade entre a velha e a nova, e, como que despertando da sua indiferença, passar a desprezar uma e a cobiçar a outra, deixando o país sem a metade daquele tipo de moeda, que ficaria escondida ou fora de circulação.

Isso se verifica muito mais sensivelmente com os metais preciosos. Com o cobre, visto que é desprezado, não é assim; e caso se seguisse meu primeiro conselho, a saber, que a nova moeda não seja melhorada de vinte e cinco por cento mas só de dez, é bem provável que isso não se verificaria. De qualquer forma, nunca é boa regra correr esse perigo, para o qual não haveria outro remédio senão refazer logo a moeda que falta; e, nesse caso, não sei se uma despesa tão pesada, e tão imprevista para o Estado, não acarretaria graves inconvenientes. Nem sei também se, ainda por causa de novos pseudoconselhos e expedientes fracos, não se deixaria gangrenar aquela ferida que justamente os maus conselhos haviam aberto. Quando, então, se pretende refazer uma classe inteira de moeda falida, e as disposições do governo nos tranquilizam, convém fabricá-la toda de uma vez, ou aos poucos. E esta última parece-me a melhor decisão. A nova, saindo aos poucos, só produz o efeito de uma surpresa agradável diante de sua beleza e boa qualidade. Mas como ela é pouca, não se pode deixar de usar a velha, mesmo que esta não seja mais bem-vista. Enquanto isso, a nova começa a se desgastar, e o povo vai se acostumando.

*Situação atual da nossa moeda de prata*

É hora que comece a falar da prata, que, a meu ver, entre nós, está em ótimo estado e é bem regulamentada. Quem nos governa hoje soube bem como proceder e fabricou as moedas novas de acordo com as antigas, ou



seja, de cada doze onças, onze são de metal puro, e o resto é destinado à liga, à execução e à senhoriagem. Além disso, avaliou essas moedas conforme o aumento do valor de trinta e dois por cento promovido pelo marquês do Carpio.<sup>82</sup>

Rogo ao Supremo Autor do universo e aos santos protetores deste reino que, da mesma forma que nos proporcionaram tempos tão felizes e príncipes tão justos, conservem por muito tempo, para o nosso proveito, a sua preciosa vida, e também um governo tão sábio e generoso, que se deve tanto à benevolência do príncipe quanto à virtude de seus ministros.

*Falsidade de uma opinião corrente*

Muitos dizem ser conveniente elevar o valor da prata, isto é, mudar a sua relação de valor com os outros metais. Não acredito que isso seja verdade, mas, mesmo que fosse, ainda seria melhor mudar o valor do cobre e do ouro. Tratando-se de uma relação, é como se fosse a mesma coisa, mas os efeitos são diferentes. Se for o cobre que muda, o comércio sofre inconvenientes menores com a variação dos preços; se for o ouro, que entre nós é totalmente importado, o povo não fica assustado. Mas essa variação, volto a repetir, não é necessária, nem tem utilidade alguma. Há outros que pensam que exista algum problema com as moedas de prata, pois viram sumir os ducados e meios-ducados emitidos pelo marquês do Carpio, homem de imortal e gloriosa memória. Mas eles não percebem que tal fato não pode ser provocado pela melhor qualidade da prata, porque as suas subdivisões, ou seja, as moedas de treze e de vinte e seis granos, existem ainda em grande quantidade e, no entanto, elas não apenas são exatamente da mesma qualidade, quanto têm um valor extrínseco menor, uma vez que, para evitar as frações, ao invés de trinta e dois por cento tiveram um aumento de valor de apenas trinta. O desaparecimento daquelas moedas, portanto, deve-se ao fato de elas serem as mais antigas e com o tempo se terem desgastado. Além disso, é preciso levar em consideração que as moedas mais grossas se gastam menos do que as pequenas, de maneira que há perda menor

82. Cfr. a nota XIV de Galiani, à p. 372-373.

quando são fundidas. Do seu desaparecimento, então, não devemos lamentar mais que do fato de as moedas dos aragoneses e angevinos terem caído em desuso.

*Situação da moeda de ouro e como ele deve ser tratado*

Nosso ouro vem todo de fora, mas este ano tem-se cunhado um pouco em três tamanhos diferentes, de dois, quatro e seis ducados dos nossos, ditos cequins, duplas e onças napolitanas.<sup>83</sup> Das moedas estrangeiras que circulam nos reinos, falarei em outro lugar; aqui direi só que o ouro é metal tão precioso e necessário, e os erros com relação a ele são tão graves, que seria mais conveniente tratá-lo inteiramente como mercadoria e como gema, mesmo que fosse cunhado na casa da moeda do próprio país. A experiência mostrou aos soberanos que era melhor deixá-lo circular pelo peso, e não pelo valor do cunho; por isso, em todos os lugares se costuma pesá-lo, e o cunho só certifica o valor relativamente ao peso, de forma que, em parte, já é tratado como mercadoria. Gostaria, e rogo aos Céus para que façam os governantes enxergarem também esta outra verdade, que, como é permitido que cada um verifique o peso, também fosse assim para o valor, e o cunho só servisse para garantir a boa qualidade da liga. Desse modo, a moeda teria uma regulamentação perfeita e não seriam necessários tantas artes e tanto estudo para remediar males que, nesse caso, nem chegariam a existir.

Sei muito bem que o conhecimento das verdades relativas ao governo requer muito tempo, e mais demorado ainda é introduzir melhoramentos já bastante conhecidos, de forma que parece ser mais fácil desejar do que esperar que aconteça. Mas eu ainda não desanimei, pois confio na virtude do príncipe que nos governa.

*Por que nas coisas do Estado os melhoramentos são tão demorados*

Nas coisas da política não é como nas outras ciências, que melhoram cada dia que passa; elas não têm um progresso contínuo. Quando Deus

83. Cfr. a nota XV de Galvani, à p. 373-374.

concede aos homens o seu melhor dom, dando-lhes um príncipe de extraordinária sabedoria e força, o Estado torna-se bem organizado. Morrendo esse príncipe, como passam muitos séculos antes que apareça um sucessor digno, as coisas não melhoram mais, e o máximo que se consegue é que se estraguem lentamente. Nem se deve esperar algo dos ministros inferiores, porque, mesmo que sejam virtuosos, vivem por demais preocupados em defender ou desejar a sua própria grandeza. Os grandes empreendimentos, se não forem sustentados por pessoas que estão acima da inveja e da malevolência, raramente têm sucesso; e sempre que saem errados, acabam por prejudicar aquele ministro honrado que os havia promovido ou aconselhado.

## CAPÍTULO IV

*Da justa avaliação dos metais preciosos e da moeda. De quanto é mais prejudicial estimá-los acima do que abaixo de seu valor. A verdadeira riqueza é o homem*

*O número de pessoas que estimam os metais preciosos acima do seu justo valor é maior que o daquelas que os subestimam*

Conforme a máxima notória de que o justo está sempre no meio, entre o excessivo e o pouco, a moeda também tem, e sempre teve, depreciadores injustos e idólatras infames. Mas essas duas classes de homens não são em número igual, visto que uma é composta de uns poucos sábios e de outros poucos que se fingem tais; a outra compreende quase todo o restante da espécie humana e, muitas vezes, até mesmo os que dão mostras de desprezar a moeda. Da mesma forma, as conseqüências dessas duas posições equivocadas não são igualmente perigosas, porque a primeira, já que não pode vingar entre a grande maioria, não produz prejuízo; a outra, ao contrário, é causa de graves males e erros, que podem levar os Estados à miséria e que, infelizmente, só chegam a ser conhecidos quando isso já ocorreu. Discutirei, portanto, sobre a utilidade e a necessidade da moeda, e estabelecerei os limites justos de sua avaliação, para que os homens, afastando-se do erro comum pelo qual se confundem as representações com as coisas e os instrumentos com a obra, entendam que os metais preciosos são mercadoria de luxo e não de primeira necessidade.

A moeda não é riqueza, mas é a sua representação e o instrumento para fazê-la circular; e embora algumas vezes aconteça que graças a essa circulação a verdadeira riqueza aumente, o mais das vezes isso apenas parece acontecer, mas não é real. Da mesma forma que, quando alguém move um carvão aceso em círculo e em grande velocidade se cria a ilusão ótica de que ele tenha nas mãos uma roda inteira de fogo, assim, a rápida circulação da moeda faz com que os homens a vejam duplicada.

*Falsos elogios ao ouro e à prata*

Que a grande maioria chame o dinheiro de nervo da guerra, fundamento de toda a potência, segundo sangue do homem e principal sustento da vida e da felicidade, pode-se admitir, em razão da ignorância e da associação de idéias entre a coisa e a sua representação; mas que o governante se deixe cair nesse erro, não se pode descurar de modo algum, pelo prejuízo que pode resultar disso. As riquezas de Sardanapalo, Crespo, Dario e Perseu foram acumuladas por causa desse engano; e como eles não recordaram que a guerra se faz com os homens e o ferro, e não com o ouro, e confiaram nisso, foram espoliados com maior voracidade, justamente por causa daquilo mesmo que haviam acumulado para se defender.

*Definição da riqueza*

Ora, para demonstrar a dimensão desse erro vulgar, será suficiente definir o que é riqueza, e saberemos se é correto considerar rico quem possui moedas. Riqueza é a posse de algo que é mais desejado por outros que por seu possuidor. Digo assim porque, embora muitas coisas sejam muito úteis, se alguém tem a má sorte de não as conhecer, não pode ser considerado pobre por não possuí-las; nem é rico, comparado com ele, quem as possui. Pelo contrário, muitas coisas inúteis ou prejudiciais, por serem equivocadamente muito desejadas, tornam rico quem as possui.

*A riqueza é sempre uma relação entre pessoas e coisas*

Compreende-se dessa definição que a riqueza é uma relação entre duas pessoas, e, relativamente a outros homens, cada um é rico de ma-

neira desigual. Além disso, a medida das riquezas não é só a quantidade das coisas desejadas, mas também, em razão composta, a sua diferente qualidade. Assim, quem possui as coisas mais úteis é mais rico do que quem possui as menos úteis. Ora, na série das coisas mais úteis, as primeiras são os quatro elementos; logo em seguida o homem, que de todas as coisas é a mais útil para outro homem; depois, os gêneros alimentícios, o vestuário, a habitação e, por último, as outras comodidades menores e a satisfação dos prazeres secundários. Pertencem a esta última classe os metais, não muito distantes das gemas. Eles também, então, são úteis, mas menos do que o homem.

Se Ciro, Roma e Alexandre tinham mais homens, ou melhor dizendo, melhores homens do que Crespo, Perseu e Dario, eram por isso muito mais ricos; e não foi sorte nem algo extraordinário se ganhou o mais forte. É errado chamar de mais forte quem tem mais dinheiro. Os romanos não tiveram sorte constante, mas constante superioridade de forças. Acaso e sorte são palavras que nasceram da nossa ignorância, e não se encontram na natureza. Nós, infelizes, chamamos de acaso aquele tipo de leis que não sabemos deslindar, e este termo depende da nossa diferente capacidade de compreensão; da mesma forma que o tolo sempre chama o sábio de felizardo. Acredito, portanto, que não exista palavra mais vergonhosa para nós e mais injuriosa para a Providência que nos governa.

*É falsa a conclusão de que os metais são totalmente inúteis*

Se não é verdade, então, que o ouro e a prata sejam totalmente inúteis, também não devem ser considerados todo-poderosos e árbitros da felicidade; como não se consideram tais o óleo e o vinho, embora não sejam inúteis. Os metais são mercadorias de luxo e o luxo nasce naquele estado de prosperidade em que as primeiras necessidades são facilmente satisfeitas. Quando retornam as adversidades, o luxo acaba. Ora, se a riqueza é tida em grande apreço exatamente porque nos protege nas desgraças, como poderíamos considerar riqueza a que só é tal nos momentos felizes e é totalmente inútil na miséria? Como poderíamos confiar nela?

*É uma falsa segurança guardar ouro e prata em grande quantidade*

E, no entanto, muitas nações confiam. Os portugueses gostam de ver as sacristias de suas igrejas transformadas em armazéns de prata, e nessa prata vêem o remédio para qualquer caso de necessidade. Se isso vier a ocorrer (e rogo aos Céus que nunca aconteça), irão perceber quanto vale esse metal. Acreditam poder convertê-lo em moeda. Não sei se terão tempo para fazê-lo; mas mesmo que o tivessem, não sei se, assim como converteram as louças em moeda, iriam conseguir converter a moeda em homens e pão. E se não conseguirem, não haverá remédio para a calamidade. Os particulares podem contar com a moeda, porque as suas desgraças, normalmente, não acompanham as de todos os outros, mas os Estados não podem. O dinheiro remedeia os males pequenos, mas aumenta os grandes males de um Estado, pois, por causa dele, os inimigos e os seus próprios aliados o espoliarão mais depressa. Os venezianos, na batalha de Ghiera d'Adda, tendo ainda o erário repleto, perderam o Estado inteiro sem poder se valer de seu dinheiro; e o prejuízo causado por um exército bem pago foi reparado pelo valor daqueles homens que defenderam Pádua e que nada custaram à República.<sup>84</sup>

*Ao longo de toda a história as riquezas sempre causaram a derrota de quem combatia contra uma nação mais pobre*

Teria receio de aborrecer meus leitores com algo tão evidente, se não visse que é cometida uma quantidade enorme de erros por causa da falsa opinião contrária e se não ouvisse um número enorme de pessoas chamar o dinheiro de nervo da guerra. Não se encontrando na história de dois mil anos nenhum exemplo de uma nação rica, mas não muito afeita à guerra, que tenha destruído uma nação pobre mas numerosa e, pelo contrário, conhecendo muitos casos em que os pobres espoliaram os ricos, é realmente incrível e estranho que tal máxima continue sendo aceita.

84. Trata-se da batalha em que Veneza foi derrotada pela Liga de Cambrai, no dia 14 de maio de 1509. Todo esse trecho é tirado do capítulo X do II livro dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* de Maquiavel.

As riquezas da Babilônia foram pilhadas pela Média, que era pobre, e pela Pérsia, que era selvagem. Estas, enriquecendo com tantos espólios, perderam toda a força e o valor, de forma que os trácios e os gregos, povos paupérrimos, arrebentaram as armas de Dario e de Xerxes. Nem os sucessores destes teriam ganho da Grécia se não tivessem enchido de ouro e de tiranos as cidades da Ásia Menor, corrompido Esparta e quase comprado Atenas. Foi então que Tebas e a Liga Aquéia começaram a sobressair, e foram mais valiosos os soldados e o seu heroísmo que o dinheiro e as artes pacíficas de Atenas. Não muito tempo depois a Macedônia, que era pobre, indo destruir o antigo Império Persa e levando consigo o ferro para contrapor ao ouro, demonstrou em qual dos dois metais havia mais força. O ferro encontrou o ouro até a Índia, mas este último, no lugar de lhe quebrar a ponta, afiava-o ainda mais. Foi, porém, logo depois da morte de Alexandre que as riquezas tiveram aquele efeito que elas realmente produzem, ou seja, tiraram o nervo às armas de guerra. Assim Roma, que, ainda pobre, havia já submetido a rica Sicília e a opulentíssima Cartago, pôde abocanhar também este império, que com os sucessores de Alexandre havia sido dividido. Mal havia acabado de devorá-lo, enfraqueceu-se, constituindo as riquezas o fim da sua grandeza. E as regiões setentrionais, que pela crueldade das nações não receberam os tesouros asiáticos, já estavam alimentando os germens do valor militar que deviam dismantelar aquele imenso império.

*A mesma coisa ocorreu nos séculos mais recentes*

Nem os séculos mais recentes nos deram menos exemplos dessa espécie. Os tártaros sujeitaram a China, a Índia, a Pérsia e a potência sarracena. Os suíços são o povo mais pobre, porém o mais valoroso. Os espanhóis tiveram mercidamente uma enorme fama por seu valor, até que, descoberta a América, tendo, então, o que acreditavam ser o nervo da guerra, não conseguiam entender como seus exércitos fossem malsucedidos em toda parte e desprovidos de tudo o que fosse útil, a não ser de dinheiro. Nem podiam, pois não perceberam que, quando está próximo o medo de uma derrota, o dinheiro não encontra homens para assoldar nem pão para comer, enquanto que os que sabem usar o ferro nunca sofrem a falta do ouro.



Não há necessidade de arrolar mais exemplos uma vez que as Províncias Unidas contra a Espanha<sup>85</sup> e a Suécia sob os dois Gustavos,<sup>86</sup> os suíços contra a Liga Italiana e contra o duque Carlos de Borgonha, dito o Ousado,<sup>87</sup> os húngaros e os irlandeses há não muito tempo e os corsos em nossos dias,<sup>88</sup> demonstraram quanto valor conservaram na pobreza.

*Razões disso*

A razão não é contrária à experiência. O homem rico expõe-se aos perigos sempre menos do que o pobre, pois quanto mais agradável, mais cara lhe é a vida; e de um povo de mercadores nunca saíam bons soldados. Por isso, Cartago, Veneza e a Holanda precisaram ter milícias estrangeiras e mercenárias; e acreditaram que bastaria dar uma pequena parte de suas riquezas para encontrar homens dispostos a morrer para salvar-lhes o restante. Aprenderam dolorosamente com a própria experiência que os aliados não eram menos famintos e desejosos de seus tesouros do que os inimigos. Esta é uma razão. A outra, não menos forte, é que mais se perdem as guerras por ter dinheiro em demasia e excessivo apego a ele do que por ter pouco. As riquezas, produzindo a avareza, enfraquecem o ânimo de quem as possui, e a guerra não comporta um excessivo comedimento. Atenas perdeu todas as guerras com Filipe da Macedônia, porque as artes da paz haviam introduzido naquela república o gosto pelo sossego, precursor da servidão, e uma aversão inoportuna a gastar e a lutar. Foi por seu espírito mesquinho que Perseu<sup>89</sup> foi subjugado pelos romanos, e, nos

85. Refere-se à longa luta pela independência das sete províncias dos Países Baixos do Norte, reunidas na Liga de Utrecht (1579), contra Filipe II de Espanha.

86. Os reis da Suécia, Gustavo I Vasa (1523-1560) e Gustavo II Adolfo (1611-1632), o primeiro, fundador da monarquia nacional sueca, o segundo, protagonista da terceira fase da Guerra dos Trinta Anos.

87. Galiani lembra uns dos momentos de maior sucesso político e militar dos suíços: a vitória de Nancy (1477) contra o duque de Borgonha, Carlos o Temerário (e não o "Ousado", que era o apelido de um avô), e seus aliados na Itália, Veneza, o Ducado de Milão e o Ducado de Sabóia.

88. Alusão à resistência dos húngaros contra os Habsburgos e dos irlandeses contra os ingleses nos séculos XVI e XVII, e à insurreição dos corsos contra Gênova, de 1736 em diante, que resultou na submissão da Córsega à França, em 1769.

89. Rei da Macedônia (213-162 a. C.).

tempos dos nossos pais, a Holanda, governada pelos dois irmãos Witt, correu os maiores perigos,<sup>90</sup> porque, querendo fazer economia, ficou desabastecida, no mar e na terra, de todas as coisas que são necessárias na guerra. E se alguém tiver dificuldade em entender como todas essas repúblicas foram poderosas e valentes no mar, deverá considerar que as armadas têm de lutar mais com os elementos da natureza do que com os inimigos; e essa habilidade em navegar, que é necessário adquirir em tempo de paz, só pode dá-la o desejo de enriquecimento e o comércio. O que ocorre, então, é que aquela ousadia que nasce da cobiça se converte em valor quando é preciso combater.

*Não é a moeda a verdadeira riqueza de um país. A verdadeira riqueza é o homem*

Do que foi dito até agora pode-se concluir que a moeda, utilíssima como o sangue no organismo do Estado, deve ser mantida dentro de certos limites, proporcionais às veias pelas quais corre; e se aumentar ou diminuir além desses limites, torna-se mortal para o organismo que ela sustentava. Os príncipes não devem, portanto, acumulá-la indefinidamente ou entesourá-la. O que deve ser exclusivamente objeto de sua justa ambição, como verdadeira riqueza, é o homem, criatura que merece ser amada e considerada por seus semelhantes muito mais do que se tem feito. Somente o homem, quando em grande número, faz prosperar um país.

*Excelência e utilidade do homem para outro homem*

Gostaria de possuir a eloquência necessária para comunicar a todos a paixão que tenho pela humanidade, e seria digno do nosso século que os homens comesçassem a se amar uns aos outros. Nada me parece mais monstruoso do que ver algumas criaturas, semelhantes a nós, serem aviltadas, escravizadas e tratadas como animais. E tal costume, que nasceu em sécu-

90. Refere-se às vicissitudes da guerra da Holanda (1672-1678), quando os franceses, no início, ocuparam a maior parte do país e os irmãos Johan e Cornelis de Witt, do partido contrário à Casa de Orange, foram mortos em 1672, durante uma sublevação.

los bárbaros e foi alimentado pela nossa infame soberba e pela consideração tola a certas qualidades exteriores, tais como a cor da pele, o aspecto físico, o modo de vestir e outras coisas mais, dura ainda hoje. Mas qualquer um que seja digno de ter nascido homem deve saber que o dom maior que Deus nos deu nesta vida foi a companhia dos nossos semelhantes, a que chamamos de sociedade. Deve saber também que Adão foi o imperador maior, já que possuiu pacificamente a terra inteira, mas o mais miserável, já que a lavrou com suas mãos; que um reino vale pelos homens que possui, e nada mais; que é tão mais forte, quanto maior o número de homens num território menor; que não há política mais insensata quanto a de despovoar um reino para conquistar outro, como seria insensato arrancar as árvores de uma floresta para transplantá-las num solo onde é certo que não vingariam; que não há pior solução para sustentar um país do que destruir seus habitantes, exatamente como seria tolice se um príncipe, querendo dispensar a comida dos cavalos da sua cavalaria, mandasse matá-los e arrancar-lhes a pele, e, empalhando-os, cuidasse desses cavalos já não mais dispendiosos, pois os muros de cidades sem habitantes não são diferentes de peles vazias; e, finalmente, que Deus, como constatamos ainda hoje, é tão pouco indulgente com as ofensas que os homens fazem a outros homens, que muitos países ainda sofrem as conseqüências de ter despovoado suas terras, muitos séculos atrás, sem verdadeira necessidade.

*Elogio do governo chinês*

Não há, portanto, algo que valha mais do que o homem, e seria desejável que se soubesse quão lucrativa mercadoria ele é e se começasse a tratá-lo como tal, dando talvez a avareza melhores resultados que a virtude. Os chineses, cuja ciência de governar é, dependendo do ponto de vista, muito ou pouco apreciada, têm a seu favor uma grande e gloriosa prova, ao mostrar quanto o seu país é povoado e quanto as leis do governo contribuem para o aumento da população.

*De que forma e de que modos se pode aumentar a população*

Como esta parte da ciência de governar é da maior importância, nem é de todo alheia a esta matéria, e ainda que a tenha explicado amplamente já

em outra obra,<sup>91</sup> acho oportuno tratar dela aqui também. Afirmo, então, que os meios para aumentar a população são seis:

1. a justiça rigorosa e a liberdade, o que equivale dizer as boas leis. E por liberdade aqui entendo não a participação no governo, mas o exercício pacífico daquilo que não é proibido pela sã razão e, o que é o mesmo, pela verdadeira religião, e que ainda não lesa o bem de todo o Estado. Essa justiça e essa liberdade suprem totalmente, em qualquer lugar, a beleza do clima e do país, podendo-se ver que, por meio delas, os despenhadeiros da Suíça e os pântanos de Rovigo despovoaram a fértil Lombardia;

2. o valor militar, que protege da servidão, e as sábias providências contra as pestilências. O primeiro, no entanto, nasce sempre das boas leis, pois não há valor onde não há liberdade;

3. a justa distribuição dos tributos, que não prejudique as artes e o comércio e que, portanto, não reduza os homens à miséria. Pois esta, diminuindo os casamentos e a prole, às vezes, é mais prejudicial que a própria peste;

4. a igualdade das riquezas, pois a acumulação de riquezas que se segue às distribuições testamentárias desiguais impede a ramificação das famílias e requer o celibato coagido;

5. ter um príncipe próprio, sem o qual não se podem ter todas as coisas acima enumeradas;

6. a agricultura favorecida mais que qualquer outra coisa e mais que o comércio. O homem é animal que se nutre da terra. O comércio não produz frutos da terra novos, mas se limita a apanhá-los ou a transportá-los ou a distribuí-los e a colocá-los à venda, de forma que se estes faltarem, todo o comércio acaba. A agricultura é, então, a mãe do comércio: sem ele, pode-se viver, embora miseravelmente; sem a agricultura, não se vive. Por conseguinte, é um erro tão funesto quanto generalizado que a agricultura seja desprezada por um número tão grande de pessoas que repetem sempre mecanicamente a palavra *comércio*, *comércio* e, sem entendê-la, a exaltam unicamente porque está na moda; ou porque quem a profere, não importando de que modo, contanto que seja com grandes

91. Cfr. as notas III e XVI de Galiani, , à p. 356-357 e p. 374.

ares de mistério, passa por homem que entende de política e das coisas do Estado. Um tipo de homens tão nocivo a um país quanto, infelizmente para nós, cada vez mais numeroso nas conversas familiares e públicas dos dias de hoje.

Por enquanto é suficiente isso. Tratarei do restante em outra obra que compreende toda a arte do governo e que não duvidaria em publicar se a má sorte, que me oprime e me vence, não digo mudasse, mas pelo menos me desse alguma trégua.<sup>92</sup>

92. Cfr. a nota III de Galiani à p. 356-357.

## CAPÍTULO V

*Da cunhagem**Etimologia e natureza da palavra cunho*

Cunho é palavra que deriva do grego *eikôn*, que significa 'imagem'. Dela derivou, por extensão, "cunhar", para denotar o ato de imprimir uma imagem sobre alguma coisa. Desse significado mais geral passou a ser aplicada mais especificamente ao ato de imprimir sobre as moedas aquelas efígies que lhes conferem autoridade. A respeito da antiguidade desse uso já discutiram bastante os eruditos, e viu-se que existia com a mesma finalidade entre todos os povos, uma vez que marcavam suas moedas, ou com a efígie de suas próprias divindades, ou com as cabeças de seus príncipes, ou, por fim, com os emblemas e, até, com os grandes feitos de suas cidades. Mas tais investigações e estudos convêm muito mais à erudição do que à ciência do governo; e é oportuno, então, que meu discurso tome outra direção.

Quanto ao cunho, é preciso advertir que ele, no metal, não corresponde àquilo que, nas cédulas ou nos títulos são as assinaturas, uma vez que estas conferem todo o valor à cédula, e no papel em que se assina se pode escrever qualquer cifra que se queira. Os títulos não têm, portanto, senão valor extrínseco, nem se pode dizer que o seu valor intrínseco seja maior do que aquele vintém que vale o papel. Com as moedas as coisas se dão de outro modo. O cunho revela o valor que elas

## Opiniões de Davanzati a respeito da cunhagem

Isso posto, vejamos se é útil que a cunhagem seja paga pelos que recebem a moeda, estando incluída no valor dela, ou pela população, através de algum imposto que o príncipe utilize para manter a casa da moeda. Bernardo Davanzati conclui seu insensato discurso sobre as moedas<sup>93</sup> com estas observações:

E para tirar qualquer tentação de ganho, limpar todas as manchas e tornar tudo honrado, claro e seguro, o valor da moeda deveria ser igual ao do seu material, isto é, dever-se-ia pagar só por aquele ouro ou prata que ela realmente contém, sendo o mesmo o valor do metal, esteja ele em pedaços e em barras, ou em moeda de igual liga. E deveria ser possível transformar, à vontade e sem despesa, o metal em moeda e a moeda em metal, feito um anfíbio. Em conclusão, a casa da moeda deveria devolver em moedas o mesmo metal que ela recebeu para amoedar. Querem, então, que a casa da moeda pague a despesa de seu bolso? Mas é justamente isso que alguns querem, pois, com base no direito civil, muitos argumentam que tal despesa, para manter o sangue circulando na República, cabe ao poder público, assim como, para manter a liberdade e a justiça, lhe cabem os salários dos soldados e as remunerações dos magistrados. A outros parece honesto que se pague a moedagem alterando o valor da própria moeda conforme tal despesa, de forma que passe a valer mais do que o metal real que ela contém, assim como acontece com as louças, as alfaias e todas as outras matérias trabalhadas. E, finalmente, outros prescrevem o antigo costume de deduzir a despesa da própria moeda diante dos olhos do povo e de tornar os príncipes seus detentores. Eu não quero disputar com os mestres, mas quero dizer que, se a casa da moeda tiver de suportar essa despesa, pelo menos faça que seja mínima, ainda que as moedas fiquem menos belas. E por que não voltar, como quer alguém, à maneira antiga de fundi-las? Haveria nesse caso todas as vantagens. Dois punções de aço gravariam o averso e o reverso de uma moeda em duas matrizes, semelhantes aos moldes de cobre, e, dessa forma, dois homens, sem outra despesa a não ser a decorrente da costumeira perda de metal, da limpeza e do carvão, fundiriam todos os dias uma grande quantidade de moedas. Elas sairiam todas iguais quanto ao peso e ao tamanho, e, por isso, seriam mais aptas a deixar descobrir, quer a cerceadura, quer a falsificação, não podendo a moeda de metal falso, que é mais leve, escapar à balança, no caso em que for de tamanho normal; nem escapar à vista, se for mais ou menos larga ou grossa do que

93. Em *Prosas florentinas*, liv. IV. [N.d.A.]

já têm em si, não o produz; e no caso em que o cunho expressasse outro valor, ele não destrói o que elas têm, mas permanecem os dois juntos. O valor expresso pelo cunho, ou seja, por lei, e que por isso é dito *extrínseco*, vigora até aonde se estende e tem poder de ação a lei; o outro, que está contido no próprio metal, e que por isso é dito *intrínseco*, continua existindo e passa a vigorar todas as vezes em que o primeiro não é mais aceito. O cunho será, então, a expressão do valor intrínseco quando a autoridade pública atuar de modo justo e correto. Não depende do arbítrio do príncipe dar ao metal cunhado qualquer valor e, de modo geral, concorda-se em adequá-lo ao intrínseco. E já que tratei disso longamente quando mostrei o valor intrínseco do metal como mercadoria útil e de luxo, independentemente de seu uso como moeda, não é necessário que volte a falar disso agora.

*Quanto deve custar a cunhagem*

Só resta procurar saber se o valor da moeda cunhada deve ser exatamente igual ou diferente do do metal. E sobre tal assunto é importante ir logo dizendo que hoje, em todos os principados, ele é maior, valendo a moeda mais que o metal em barras tanto quanto é o valor total da despesa da cunhagem, mais alguma coisa. Este a mais é aquele dinheiro que retém o príncipe pelo direito de cunhar moeda, que os franceses chamam de *droit de seigneurie*, e costuma ser da importância de dois e meio por cento. A despesa da cunhagem varia conforme o diferente modo de viver e de pagar os artífices nos vários países, mas é avaliada ao redor de  $1/3$  do valor intrínseco do cobre, de  $1/50$  do valor da prata e de  $1/400$  do valor do ouro.

Na Antiguidade, embora não se saiba com exatidão, acredito que a despesa da cunhagem não fosse incluída no valor da moeda, pois os antigos se serviam do cunho de suas moedas para representar, num primeiro momento, as suas divindades, as festas e os jogos sagrados; depois, para transmitir à posteridade a memória dos grandes acontecimentos. E esse desejo de imortalidade da glória, que era o fim último daquelas nações (como entre nós, graças ao Deus da verdade, é a outra vida), fez com que tivessem extremo cuidado em imprimir nas moedas, com esculturas finíssimas, aqueles feitos que consideravam dignos de imortalidade.



o normal. E seria plenamente justificável se os funcionários do governo ficassem observando a fundição, a formação da liga e estivessem presentes quando, diante de todos, as moedas fossem colocadas dentro daquelas salas com grandes grades de ferro que aqueles sábios e bons cidadãos de antigamente mandaram fazer. Desse modo, quem não percebe que se reduziriam as despesas, a fraude e o ganho? Para concluir, quero ainda acrescentar, quase como corolário, que as relações humanas encontram tantas dificuldades e aborrecimentos por causa dessas benditas moedas, que talvez fosse melhor ficar sem elas e usar o ouro e a prata por peso e formato, como costumavam fazer nos primeiros tempos e fazem ainda hoje os habitantes da China, os quais levam consigo, como instrumentos, só as tesouras de cortar metal e a pequena balança de precisão; e só têm de se preocupar com a liga, que, no entanto, se acaba conhecendo com a prática e a comparação.

Mesmo com muito esforço, ele certamente não podia incluir, em tão poucas linhas, coisas mais falsas e que o revelassem menos entendido de tal assunto do que demonstrou. De forma que merece louvor por ter levado a efeito empresa tão difícil.

*Exame dessas opiniões*

É um erro, e seria calamitoso, não manter a moedagem na casa da moeda do príncipe. É próprio de quem não entende nada preferir a antiga, imperfeita e incômoda maneira de cunhar com o martelo à belíssima e maravilhosa invenção da prensa. É próprio do avaro e de quem tem espírito mesquinho fazer feias e deselegantes as moedas, que são obras públicas votadas à imortalidade, para poupar umas poucas centenas de escudos. É próprio de um velho chato e importuno querer banir a moeda, e louvar os chineses no que, assim como no caso da escrita e da língua, merecem ser criticados e desaprovados.

Quanto ao primeiro ponto, por que, me pergunto, se deveria fazer o que propõe Davanzati? Isso não ajuda a evitar que outros fabriquem moeda, uma vez que, tendo eles de recuperar o valor da cunhagem, nem podendo esta custar menos para um particular do que para a casa da moeda do príncipe, se no caso que ele propõe haveria perdas, nas condições atuais não há ganhos. Ora, para que alguém não cometa algum crime enfrentando castigos e medo, não é necessário que não leve prejuízo, é sufici-

ente que não chegue a ganhar muito. O que Davanzati pensa e propõe, portanto, não só não ajuda, mas também, o que é pior, prejudica. Os ourives, cada vez que precisassem, fundiriam as moedas, muito mais fáceis de encontrar do que a pasta de metal, e, dessa forma, o Estado quase ficaria dessangrado por eles. E ainda precisaria estar sempre a fabricar moedas. E se hoje, por exemplo, é suficiente fabricar duzentos mil ducados de prata e de ouro ao ano para suprir à perda insensível, naquele caso seria preciso fabricar uma quantia quatro vezes maior.

A cunhagem, por sua natureza, é um ônus público, como as outras despesas públicas, e é sempre extraído da população. Entre o príncipe justo e seu povo não se deve estabelecer alguma diferença, nem de palavras. Ora, Davanzati propõe quadruplicar o ônus para a população, sugerindo, por excesso de zelo, uma operação que lhe parecia heróica e da qual ele não enxerga as conseqüências prejudiciais. Nem faltam para o que estou dizendo exemplos de povos que conheceram isso por experiência própria.

*Defeitos da moeda da Inglaterra descobertos por Locke*

A Inglaterra, em 1698, não avaliava a moeda mais do que a pasta de metal com que era feita, e mantinha a cunhagem com um imposto sobre o vinho. É incrível a quantidade de moeda que era lavrada seguidamente e logo em seguida fundida, já que até os empreiteiros das casas da moeda estrangeiras chegavam a fazer comércio das moedas da Inglaterra, como teriam feito com as barras que vêm da Espanha, sugando, assim, todo o dinheiro da Inglaterra. John Locke, e depois o próprio Parlamento, percebeu quanto ganhavam com isso os funcionários da casa da moeda e quanto custava à população; e entendeu que o aumento do valor da moeda era um falso remédio a esse mal, que se originava do prejuízo da cunhagem. O conselho de Davanzati, portanto, só é bom e vantajoso para os funcionários da casa da moeda; para os outros, mais do que inútil, é prejudicial.

Além disso, se o cunho é uma comodidade que se acrescenta à moeda, não é injusto querer ressarcir o prejuízo às expensas de quem bebe vinho e de quem cultiva as videiras, e deixar todas as vantagens aos homens que têm dinheiro? O imposto é um incômodo produtor de uma comodidade maior e, por isso, é sempre desejável e justo que sofram proporcional-

mente o seu peso os que têm vantagens. E é isto justamente o que ocorre quando o preço da cunhagem está incluído na moeda.

E, certamente, não é menos condenável o outro conselho de Davanzati a respeito do instrumento para a cunhagem. Sobre esse assunto gostaria que meus leitores lessem o capítulo XVIII do *Ensaio sobre o comércio*, onde se conta o que fez, em 1617, Henri Poulain, presidente do Supremo Tribunal das Moedas, para não introduzir a invenção da prensa, usada hoje em dia, que fora proposta por Nicolas Briot, seu inventor, e que foi então levada para a Inglaterra. Nesse capítulo, que certamente é o mais belo de toda aquela pequena e sensata obra, aparece o caráter de homens semelhantes a Poulain, pintado com tamanha graça e com pinceladas tão vivas, que merece ser gravado na memória de cada um e confrontado, na vida real, com pessoas vivas, que infelizmente são muitas.<sup>94</sup>

As vantagens da prensa enumeradas por Locke, todas verdadeiras, são as seguintes:

1. a maior igualdade de peso das moedas, uma vez que não são fundidas uma de cada vez, mas em barras, que são cortadas em pedaços redondos; e estes, antes de ser lavrados, são pesados e igualados;

2. livrar-nos do receio das falsificações. Na maneira antiga, um único homem executava a inteira operação, e só ele batia os cunhos, ou seja, os punções. Não era difícil, então, que alguém imitasse o cunho do soberano em sua própria casa. Hoje, seria necessário que ele tivesse em casa aquela pesadíssima prensa, caso contrário a diferença de impressão revelaria a fraude. Podem ser impressos até os bordos, como fizeram com as nossas últimas moedas, o que libera do medo da cerceadura;

3. o tempo, a despesa e o número de artífices são menores; a beleza das moedas muito maior.

Já foi dito muito a respeito da cunhagem. Está na hora de tratar da liga que se põe no metal, como será exposto no capítulo seguinte.

94. Galiani reproduz parcialmente essa passagem na nota XVII, à p. 375.

## CAPÍTULO VI

*Da liga*

Os metais preciosos, quando se formam nos veios naturais, não só ficam presos entre pedras duras, emaranhados nelas em ramificações finíssimas, mas têm sempre incorporada certa porção de metal de pouco valor, chamado liga. Nem quando correm ao longo de um rio se purificam dessa impureza, que só pode ser separada com o fogo e uma técnica adequada. Com o ouro, geralmente está misturada a prata, mas também o mercúrio e o cobre; com a prata, o chumbo e o mercúrio. Ora, a pureza do metal, produzida não pela natureza mas apenas pela técnica, é considerada pelos ourives como uma totalidade passível de divisão em partes ou graus, em conformidade aos quais ela é medida. No ouro, as partes são vinte e quatro, que nós chamamos de quilates; na prata, doze, chamadas onças, que são subdivididas em esterlinos. Dessa liga natural do ouro e da prata produziu-se aquela que as moedas recebem na cunhagem. É uma porção de metal de pouco valor misturada a um mais precioso, mas numa quantidade tão irrelevante que o valor da liga não merece ser levado em consideração. Com efeito, no caso em que uma metade fosse de um metal e a outra de outro, como são os soldos da França e as moedas de pouco valor de Veneza e da Turquia, o cobre destas não pode ser chamado de liga, e tais moedas devem ser consideradas de dois metais.

A necessidade do uso da liga deve-se a duas causas fundamentais. Uma é que purificar o metal de toda a impureza é uma operação que custa muito tempo e trabalho; e é por isso que se resolveu tratar os metais com a liga que já possuíam por natureza. Mas ainda, ao observar que a quantidade desta varia bastante e que o ouro mais puro que se extrai é de apenas vinte e três quilates, ou também, às vezes, de dezesseis e até de doze quilates (que os antigos chamavam de *electrum* e corresponde talvez ao nosso magneto), achou-se conveniente reduzir a um mesmo grau de pureza toda a pasta que se devia cunhar, purificando a que continha impurezas em demasia e acrescentando liga à pasta mais pura do que o grau estabelecido. E ainda hoje se faz desse modo. Assim, para o Luís de ouro francês, é prefixado um teor de vinte e dois quilates; para os dobrões espanhóis, de vinte e um e um quarto; para os cequins venezianos, de vinte e três e três quartos; e o mesmo teor para os florins e os húngaros, embora com uma têmpera de metal diferente. E quanto à moeda de prata, os franceses, como é costume também entre nós, põem onze onças de prata fina e uma de liga. A outra razão, não menos considerável, foi que o ouro puríssimo é flexível em demasia; e como endurece com a liga descobriu-se a arte de temperá-lo. A prata, pelo contrário, quando é puríssima é mais frágil. Então, diante da enorme pressão do cunho ambos não resistem, aquele cedendo e esta quebrando. Não é de admirar, portanto, que o uso da liga seja muito antigo.

As medalhas gregas e romanas, as púnicas e as espanholas também têm liga, com esta diferença: as de prata, principalmente as romanas, têm mais do que atualmente; as de ouro, até a época de Alexandre Severo, são particularmente puras. As medalhas dos reis da Macedônia possuem vinte e três quilates e dezesseis grãos de ouro puro, e, entre as romanas, observou-se que uma medalha de ouro de Vespasiano não continha mais liga do que o correspondente a um setecentos e oitenta e oito avos. As consulares de prata não continham mais do que dez onças de prata fina. De Alexandre Severo em diante, no entanto, só encontraremos desordem, fraudes e mistura de liga de baixo valor. As moedas de ouro não chegavam a ter quatro quintos de metal bom, e as de prata um terço; e assim, decaindo sempre, pioraram no Império, do Ocidente e do Oriente, até os godos. Na época seguinte, mercidamente chamada de bárbara por causa dos seus infortúnios, não se pode encontrar nenhuma regra ou medida estável para avaliar a qualidade das

moedas. É verdade que com Carlos Magno e depois Frederico II a situação delas se tornou mais tolerável, mas logo voltaram a decair. Na França, variaram quase todos os anos, numa desordem e desigualdade incrível. A partir de 1302, ano em que começamos a ter notícias mais exatas, elas não tiveram mais estabilidade nem nenhuma regra. Surpreende e assusta ver quais e quão grandes variações sofreu o valor do florim em comparação com o escudo nos reinados de Filipe VI e de João II, de 1345 até 1357. Da Páscoa de 1355 até o fim do ano, o valor da moeda mudou vinte e duas vezes, e do valor de dezesseis escudos chegou-se ao de cinquenta e três no dia primeiro de janeiro; no dia cinco caiu para treze escudos e quatro denários. Assim a França, que mexeu nas moedas mais vezes do que todas as outras nações e as modificou quase com aquela mesma volubilidade com que ela modifica o vestuário, revela-se aos olhos de todos, nas histórias de Leblanc<sup>95</sup> e de outros, como um documento singular de tempos infelizes e calamitosos. Para os que não tiverem a obra desse douto francês, pode ser suficiente consultar o *Dicionário* de Du Cange,<sup>96</sup> ampliado pelos padres de São Mauro, no verbete *moeda*.

#### *Desordem das moedas italianas nos séculos bárbaros*

Nem é menor a desordem das moedas italianas naqueles tempos, pois o grande número dos príncipes que se seguiram causou entre nós o mesmo que na França conseguia o mau governo de um só. Deve-se saber, com efeito, que não houve na Itália nenhuma cidade, mesmo pequena, que em suas vicissitudes não viesse a desfrutar, num certo espaço de tempo, de uma aparência de liberdade ou de independência, e que, nesse ínterim, não resolvesse fabricar moeda. No nosso reino, fabricaram moedas próprias

95. François Leblanc (*Blanc* em Galiani), numismata francês, nascido durante o delfinado, professor de história dos príncipes reais, morto em 1698. Escreveu o *Traité historique des monnoyes de France depuis le commencement de la monarchie jusq'à présent* [Tratado histórico das moedas francesas do começo da monarquia até o presente], (Paris, 1690).

96. Charles Dufresne Du Cange (*Du Change* em Galiani), (1610-1688), autor do *Glossarium ad scriptores mediae et infimae latinitatis* [Glossário dos escritores da média e baixa latinidade], (1678).

os príncipes de Benevento, que após a destruição do Reino Longobardo se tornaram soberanos, e ainda os salernitanos, os cônsules e os doges napolitanos. Em seguida, como foi reduzido a um único reino pelos normandos, e se manteve unido até hoje, quase como compensação da liberdade perdida, teve a vantagem de ter uma única moeda, que, então, se tornou mais estável. Emitiram moeda os normandos na Sicília, os suevos em Messina e em Brindisi,<sup>97</sup> depois em Nápoles, quando passou a ser a sede real. Mas no restante da Itália (totalmente dividida em pequeníssimas cidades que viviam, ora sob pequenos tiranos, ora com uma espécie de liberdade, ela permaneceu tristemente dilacerada pelos desacordos das facções até o século XV), não havia cidade ou senhor que não fabricasse moeda e, o que é pior, não a fizesse diferente das outras quanto ao peso e à qualidade. Só no Estado que hoje é da Igreja, fabricaram moeda os papas, o Senado romano, Ravena (sob os godos, os exarcos e seus bispos), Rimini, Bolonha, Ferrara, Forlì, Pesaro, Senagália, Ancona, Spoleto, Ascoli, Gubbio, Camerino, Macerata, Fermo; e o mesmo ocorreu no restante da Itália.

Não é difícil adivinhar o que tamanha confusão causou. A tirania dos príncipes sempre é acompanhada da tolice dos súditos. Enquanto não sofriam nem se davam conta do prejuízo que os governantes causavam acrescentando liga e aumentando o valor da moeda, os súditos minoravam os seus efeitos; mas depois, ao se revoltarem, a turbulência das armas, como sempre acontece, fez com que a pobreza e a riqueza tomassem um rumo diferente daquele que se esperava conseguir com tais métodos, visto que a guerra e o saque movem mais rapidamente as riquezas do que consegue fazer o comércio. Não é que algumas moedas não desfrutassem de crédito maior e que não se usasse escrever nos contratos, na maioria dos casos, com qual moeda devia ser feito o pagamento, com a especificação das propriedades de *purum*, *dominicum*, *probatum*, *obrizatum*, *optimum*, *pensantem*, *expensivilem*,<sup>98</sup> ou uma outra. Dentre as moedas mais acreditadas havia os denários de Pavia e de Lucca, ditos *papienses* e *lucenses*, dos quais encontramos

97. "Como conta Riccardo da San Germano em sua *Crônica*, no ano de 1231." [N.d.A.]  
Cfr. a nota XVIII do Galiani, à p. 475-377.

98. "Pura, do Senhor, de boa liga, de copela, ótima, que pode ser pesada e trocada."

freqüentes referências. Mas quando os florentinos fabricaram o seu florim de uma dracma de ouro puro, todas as outras moedas foram superadas e esquecidas.

Foi naqueles tempos que, pela variedade das moedas, nasceram os nomes de moeda *fortis* e *debilis*, para indicar a maior ou menor quantidade de liga; e em decorrência disso, pouco tempo depois, nasceu a moeda, *infortiata* ou *moneta infortiatorum*. Com efeito, chamava-se de *infortiare* o procedimento dos príncipes que, como a população se queixava muito dos aumentos do valor da moeda e das leis, freqüentemente deviam restaurar aquela moeda que haviam aviltado tanto. Desses denários encontra-se menção desde 1146.

*Reflexões sobre a moeda infortiata*

Embora fuja do assunto, não gostaria de deixar passar em silêncio uma conjectura minha, que talvez agradasse por sua singularidade e novidade. Na minha opinião, o título da segunda parte dos *Digestos*, denominada *Infortiatum*, deriva do nome dessa moeda. A moeda *infortiata* situava-se entre a velha moeda boa e a nova, reduzida de valor; por essa razão, já que havia o *Digesto* velho e o novo, e não se encontrava um nome para o do meio, a lembrança dessa moeda tão famosa naquela época determinou a escolha de tal nome. Por esquisita que pareça esta etimologia, se se reparar nas outras duas, certamente se verá que não é mais estranha do que aquelas. Uma advém do frontispício do título, *Digestorum... ex omni veteri iure collecti*; a outra, de *De operis novi nuntiatione*.<sup>99</sup> Algo tão grosseiro e mal compreendido não garante que, para o nome *infortiatum*, possa ter havido uma etimologia mais razoável, e tudo deverá ser perdoado pela rusticidade dos tempos.

*Não é a liga que torna más as moedas*

Voltando agora ao assunto, julgo necessário erradicar o erro de acreditar que a liga diminui o valor das moedas, determinando assim a distinção entre moeda boa e má. Toda moeda é igualmente boa; e a que contém dez quilates de liga é tão boa como aquela que só tem um. Razão disso

99. [Do Digesto ... coligidos de todo o antigo direito] e [Do anúncio de uma nova obra].



é que não se avalia a moeda pelo seu peso total, mas conforme a quantidade daquela parte de metal bom que ela contém. Com efeito, se uma libra de moeda de ouro, que contém vinte e quatro quilates de metal bom, vale tanto quanto uma libra e um quarto de moeda de dezoito quilates, é fácil entender que, mesmo com ligas tão diferentes, as moedas são igualmente boas, já que o metal de menor valor pode sempre ser separado do metal precioso. Por que, então, muitos hão de se perguntar, as moedas com muita liga são consideradas más? Isso se deve à fraude ou à força da lei que, muitas vezes, fazem com que se avalie a moeda com muita liga com base no valor que teria se todo o seu peso e o seu material fosse de metal puro. Ocorre isso, por exemplo, quando se faz uma libra de ouro de vinte e quatro quilates equivaler a uma libra de dezoito, na qual só três quartos são de ouro e o outro é de liga. É, portanto, a lei que torna más as moedas, não a liga.

Quem quiser que num Estado sejam boas todas as moedas, não deve avaliar nem determinar o valor de nenhuma delas. Porque se forem desiguais, ao ter de avaliá-las umas em comparação às outras, o povo, muito justo e exato quando se trata de medir, saberá calcular muito bem as diferenças; se tiverem todas igualmente pouca liga, é com o encarecimento aparente de todas as coisas que o seu valor será ajustado aos preços das mercadorias, pois passa a valer a parte de metal bom que elas contém.

Que isso que estou dizendo seja verdade, além das outras razões, demonstra-o o fato de a maioria das nações usar uma moeda com muita liga, composta em partes iguais por um metal precioso e um de pouco valor, chamada *billon* pelos franceses e *vellon* pelos espanhóis; e esta não há quem a recuse, porque circula e é avaliada pelo que contém de bom. E é dela que, como já prometi, vou falar agora, antes de terminar este livro.

*Reflexões sobre o billon e sua utilidade*

Muitos escritores sérios e as repúblicas bem administradas, com a autoridade e com o uso, exaltam e prezam essas moedas de dois metais, e defendem esta instituição como algo muito útil e extraordinário.<sup>100</sup> Por tais

100. Cfr. a nota XIX de Galiani, à p. 377-378.

exemplos e elogios, muitos governos resolveram adotá-la como remédio de todos os males de certa gravidade, quase com aquela mesma esperança, e até mesmo êxito, que se costuma ter com os elixires em caso de doenças graves. As verdadeiras vantagens desse tipo de moeda, enumeradas por Broggia, são as seguintes:

1. a moeda de prata pequena desgasta-se muito; e se ela for totalmente de prata boa, o prejuízo é mais grave do que se fosse de baixa liga;

2. encontra-se um uso para aquela prata que chega à casa da moeda e é de quilate mais baixo do que as moedas de maior valor que aí se fabricam. Pois, caso essa prata tivesse de ser refinada, a despesa seria mais alta do que se fosse fundida com outra liga, diminuindo-lhe o valor;

3. facilita o comércio miúdo.

Essas vantagens são todas justas e verdadeiras, mas bem pequenas em relação ao que é um Estado.

Quanto ao desgaste, demonstrarei no livro seguinte que essa economia, se tivesse sido feita em nosso reino, não montaria a mais de vinte mil ducados em cinquenta anos, ou seja, a quatrocentos ducados ao ano; economia tão pequena e irrelevante para todo um reino, que dispensa o esforço de se ocupar dela. E isso é demonstrável por meio de um cálculo obtido exclusivamente a partir de princípios certos e conhecidos, pois é enorme a diferença entre afirmar as coisas por aproximação e analisá-las através dos números.

A outra vantagem é ainda menos perceptível do que esta. Numa cunhagem de um milhão de ducados, faz-se uma economia de apenas dois mil e quinhentos ducados, pois ela só recai sobre as pratas de liga mais baixa e só poupa a despesa da refinação. Na nossa casa da moeda, a despesa é avaliada em trinta e dois granos por libra de prata, e a libra vale quase mil e seiscientos. Essa economia não chega a quatro granos a libra: num milhão de ducados (supondo que toda ela deva ser refinada), há, então, uma despesa de vinte mil ducados e, sobre estes, um ganho de mil e quinhentos. Esse cálculo é bastante fácil de fazer. Note-se que num reino como o nosso não deve haver mais do que um milhão de ducados de moeda de *billon*, e a cunhagem de toda ela deve continuar pelo menos durante um século. Acrescenta-se que cunhar o *billon* custa quase o dobro do que cunhar a prata; acrescenta-se ainda o valor do cobre, que quase se perde nessa operação, e cada um verá que, ou há perda, ou não há ganho algum.

Por que se introduziu a moeda de billon dita nigellorum

Elogiar a maior facilidade do comércio que adviria do uso do *billon*, seria mais conveniente para os séculos passados do que para o nosso. A moeda de baixo valor foi introduzida durante o Império Romano em consequência da grande escassez da prata, como conta Nicole Oresme, bispo de Lisieux:

Como em algumas províncias, às vezes, não há prata suficiente e como também a pequena quantidade de prata que normalmente se deveria dar, numa troca justa, por uma libra de pão é um bem muito pouco palpável pela excessiva pequenez, misturou-se à prata, justamente por isso, um metal de menor valor; originou-se daí a moeda escura, que é adequada ao comércio miúdo.<sup>101</sup>

Essa moeda é aquela *moneta nigellorum*<sup>102</sup> a que se faz freqüente menção nos escritos daqueles séculos. No nosso, então, em que há ouro e prata em abundância, e em que se começa a deixar de usar as moedas de cobre de menor valor, como fizemos nós também com o cavalo e os dois cavalos, seria preferível que deixássemos de fabricar a moeda em questão, ao invés de desejar instituí-la onde ela não existe. O fato de nós não termos uma moeda intermediária entre a pública e o carlino, não trouxe nenhum inconveniente, como sabemos; e até no caso em que houvesse algum, seria melhor combatê-lo com moedas de boa prata intermediárias entre o carlino e os dois carlinos, como fazemos com os doze e os treze granos e seus duplos, ao invés de usar moeda de liga. E que esta, apesar de suas pequenas vantagens, não deva ser introduzida onde não existe, demonstra-o esta grande e poderosíssima argumentação: quando algo novo não é extremamente útil, por ser novo, é ruim.

101. Nicole Oresme (1310-1382), bispo de Lisieux, autor notável do *Tractatus de origine, natura, jure et mutationibus monetarum* [Tratado sobre a origem, a natureza, os juros e as alterações das moedas].

102. "Moeda escura."

*Permanecer no país não é uma boa propriedade da moeda de baixo valor*

Se a moeda de baixo valor tivesse o dom de permanecer num país e não sair, como muitos gostariam, seria ótimo, e não haveria necessidade de fabricar outras. Mas esse vai-e-vem das moedas é puro desvario. As moedas não fogem, nem é sua leveza ou forma redonda que as faz rolar ou ser carregadas pelo vento. Aposto qualquer coisa e com qualquer um que, se não se tocar nelas, elas não saem. São os homens que levam embora consigo as moedas, e fazem isso por necessidade ou por alguma vantagem. Se for por necessidade, quando não podem mandar as moedas para remediar as desventuras e fazer frente às necessidades, são eles a sair; e ainda que um homem com moeda valha mais do que um homem sem, a moeda sem o homem não vale absolutamente nada. Diante das necessidades, então, deve-se remediar fazendo sair a moeda, e não a retendo, porque, ou o homem manda ela embora, ou ela manda embora o homem.

Quanto à vantagem de a moeda sair, deve-se ter em mente o seguinte princípio: a má moeda expulsa a moeda boa.<sup>103</sup> Má é aquela que é mal avaliada quanto à relação de valor dos metais e que contém uma quantidade de metal inferior ao valor extrínseco determinado por lei. Portanto, não é verdade que o *billon*, mal avaliado, tenha a prerrogativa de ficar. Ele tem a prerrogativa de expulsar a prata e o ouro; e todos sabem como isso é desejável. O pior é que, no fim, ele também, após ter causado a miséria no país, começa a sair. Enquanto que, se for bem avaliado, as moedas não sairão nunca por causa de algum eventual defeito intrínseco que possam ter; o problema, então, deve estar em outra parte. E é lá, portanto, e não às moedas, que será preciso ministrar os remédios. Demonstraremos no livro seguinte que a desproporção de valor é o único motivo que faz sair as moedas de um país.

103. Cfr. a nota XX de Galiani à p. 378.

LIVRO III  
DO VALOR DA MOEDA

## INTRODUÇÃO

Neste terceiro livro, estão incluídas matérias tão graves e de tal importância que a maioria dos autores se limitou a tratar desses assuntos como se esgotassem todo o conhecimento sobre a moeda. E se, por um lado, podem ser desculpados por isso, por outro, certamente não. Parecem merecer desculpas se considerarmos que os acontecimentos mais calamitosos e as ações mais estrepitosas dos Estados têm origem, todas, na alteração de valor da moeda; mas não podem absolutamente ser perdoados por terem ignorado e omitido aqueles assuntos de que tratei no primeiro e segundo livro, e aqueles que vou abordar no quarto. E, no entanto, tudo poderia ser perdoado se, pelo menos no que diz respeito ao valor, tivessem escrito tão zelosamente quanto se empenharam em tornar esse assunto tão famoso. Mas é exatamente em tal matéria que encontramos a maior confusão, a maior desordem e os maiores erros, pois, indubitavelmente, quando os homens devem tratar daquilo em que têm algum interesse e algum proveito, sempre se deixam levar, ou por um medo excessivo, ou por uma avidez descontrolada. E como os decretos dos governantes quase sempre são causados, ou suspensos, por conselhos de alguns cidadãos ou por queixas da multidão, raramente ocorre que neles se compreenda e se vise ao bem comum. Vejam, então, como deve ser motivo de alegria para nós o fato de que, à diferença de muitos outros povos considerados mais sábios, que erraram e pagaram as conseqüências desses erros, há muito tempo não temos razões de queixa contra o nosso governo por causa de alguma lei sobre as moedas que tenha provocado prejuízos graves.

Mas para colocar ordem e jogar luz sobre questões tão difíceis, é necessário explicar o que é a tal relação de valor entre as moedas. E é também importante esclarecer logo que o valor intrínseco das moedas é um pouco diferente do do metal, tendo de se acrescentar a despesa da fabricação e, às vezes, a senhoriagem; e tal valor, entre nós, representa mais ou menos um terço do valor do cobre, um quinquagésimo do da prata, um quadrigentésimo do valor do ouro. Como, no entanto, essa é uma despesa fixa e invariável, a variação do valor da moeda depende inteiramente da variação do metal, e com esta está sempre ligada. Quando, então, se fala em valor intrínseco da moeda, omitindo-se a fabricação, entende-se sempre o valor do metal, para demonstrar a origem do qual todo o primeiro livro foi gasto. Isto posto, comecemos a tratar agora da natureza desse valor.

## CAPÍTULO I

*Da relação de valor entre os três metais usados para a moeda*

Dos muitos e muitos erros que rodeiam a nossa mente, entre os quais ela eternamente vagueia, sobrariam bem poucos se fosse possível evitar, como é fácil de dizer, aqueles que nascem por se tomar termos relativos em sentido absoluto. Se isso fosse possível, este terceiro livro poderia ser omitido, porque tudo o que a respeito do valor da moeda escreveram os doutos e estabeleceram os príncipes, na maioria das vezes, foi escrito sem que eles se dessem conta de que *valor* é um termo que expressa uma relação. O que mais adiante indagaremos a respeito do aumento do valor da moeda, se ele tem ou não utilidade, não teria sido tratado com tamanha confusão caso tivesse sido lembrado que a utilidade é algo relativo.

*O valor é uma relação*

Dizer que o valor é algo relativo e expressa a igualdade entre a necessidade de uma coisa e a de outra, é suficiente para que se entenda que o valor da moeda não é estabelecido e fixado pelas leis ou pelos costumes, e que não está ao alcance dos homens fazê-lo. Como para poder estabelecer uma relação entre dois termos é preciso antes determinar a ambos, assim, ao querer estabelecer o valor da moeda, seria preciso fixar de forma estável o valor do trigo, do vinho, do óleo e enfim de todas as coisas. E isso é impossível.



*Por que o valor dos metais é considerado fixo*

Por que, então, alguém poderia perguntar, se diz que o valor da moeda é fixo? Isso é dito indevidamente, porque das infinitas mercadorias com as quais a moeda é comparada, há só uma com a qual a relação de valor se mantém fixa. É ela a própria moeda. Já disse que as moedas são de vários metais: ora, entre um metal e outro, para que sejam medidos justamente, a lei instituiu uma relação de valor. Além disso, entre as moedas do mesmo metal, os valores são estabelecidos segundo a quantidade de metal que elas contêm; e tal quantidade é manifestada pelo cunho e não por uma lei que determine a relação de valor. Dessa impropriedade de linguagem originou-se uma outra, assim, quando a moeda muda sua relação de valor com o trigo, por exemplo, não se diz que ela subiu ou baixou de valor, como seria correto, mas se diz que foi o trigo. Só quando muda a relação de valor entre o cobre e a prata é que se diz que a moeda se alterou.

*Efeito da falsa relação de valor prescrita por força de lei*

Ora, esta relação de valor estabelecida pela autoridade da lei, sem que possa mudar de acordo com os movimentos naturais, em todos os tempos foi e é ainda hoje fonte dos graves males inerentes à moeda. Aliás, todos os outros, como a falsificação e a cerceadura, são males exatamente por isso, porque mudam a relação de valor natural sem que mude aquela estabelecida por lei. O inconveniente que se gera de uma relação de valor não natural é o seguinte: sendo o valor a relação que existe entre a posse de uma coisa ou de outra, quando ele permanece em seus termos naturais, só se dispõem a trocar uma coisa por outra as pessoas que realmente precisam desta última, e não os restantes; mas se tal valor mudar, necessariamente uma das duas coisas passa a ter um valor menor do que o justo, a outra um maior. Conseqüência disso é que mesmo quem não precisava terá vantagem em trocar uma coisa pela outra. Nasce assim um meio de lucrar que não provém da natureza mas da lei; e nasce um comércio que todos fazem e podem fazer sem nenhum esforço e sem nenhuma habilidade. A coisa, então, que é avaliada abaixo do seu valor natural começará a faltar, enquanto a outra que a substituiu sobrar; e mesmo que continue a vigorar tal lei, tal coisa não poderá subir de preço e voltar ao seu

justo valor. Ora, caso se tratasse de uma coisa útil, ficaríamos sem um bem útil à vida; e como nesta vida sempre são os bens úteis que proporcionam a felicidade, esse é o maior prejuízo.

*Aplicação e explicação através de exemplos do que foi dito antes*

Tal efeito produz-se normalmente em todas as coisas das quais for determinado o valor; mas, ao querer aplicar o mesmo princípio ao dinheiro, tem de se considerar que a relação de valor natural entre o ouro e a prata, hoje, é tal que quem possui uma libra de ouro tem o mesmo valor de quem possui cerca de quinze libras de prata. Suponhamos agora que a autoridade pública decreta que treze libras de prata sejam equivalentes a uma de ouro. A consequência imediata é que vale a pena pagar com a prata, já que, para pagar uma dívida de uma libra de ouro, agora é suficiente dar treze libras e não mais quinze. Torna-se vantajoso ficar com o ouro e mandá-lo para um lugar onde ainda se continua a avaliá-lo em quinze libras de prata, pois, por exemplo, um homem que tinha trinta libras de prata de renda e quinze de dívida, feita essa transferência, acabará tendo trinta e quatro libras de entrada e treze de dívida. É assim, então, que o ouro desaparece e só fica a prata.

Se tal decreto continuar a vigorar, todo o ouro irá embora; mas se, constatando-se a perda de um gênero de moeda tão necessário, a lei for revogada, restará o prejuízo parcial que já se deu. Com efeito, suponhamos que enquanto vigorava a desproporção de valor tenham sido exportadas e trocadas com a prata 100.000 onças de ouro, e que, então, tenham entrado 1.300.000 onças de prata. Se esse país quisesse o ouro de volta, voltaria a ter 100.000 onças de ouro? Certamente que não, porque esse ouro deveria ser retomado de países onde as leis daquele país que o havia perdido não têm força, e onde, por conseguinte, uma onça continuou valendo quinze de prata. Só voltarão, portanto, 86.666; todo o restante, que não é pouco, o país o perdeu para sempre, tendo ido cair nas mãos de pessoas mais avisadas. Se estas forem de países estrangeiros, bem se vê que presente louco e considerável lhes foi dado; se forem concidadãos, só um político tolo pode afirmar que não houve prejuízo. Pois é uma lei da natureza que as riquezas devam ser a recompensa só de quem proporciona algo útil ou agradável a outrem; e onde se permite que alguém gaste ou deixe de ganhar sem ter nenhum proveito em troca, nesse lugar, então,

não pode existir nem bom governo nem felicidade. Os impostos, os tributos, as remunerações dos funcionários do Estado, por conseguinte, são justos só quando se destinam a aumentar a nossa tranqüilidade, ou seja, quando sustentam aquelas pessoas mais sábias e virtuosas que sabem manter a paz e uma liberdade moderada. A tirania é justamente aquele mau governo em que se torna rico quem não é útil ou é pernicioso aos outros. É tirania, portanto, fazer com que as riquezas de quem se encontrava eventualmente cheio de moedas de ouro passem, sem razão alguma, para quem possuía moedas de prata. E se alguém argumentar que o Estado, como um todo, não perde, uma vez que ambos são cidadãos, é preciso lembrar-lhe que das coisas que destroem um país nenhuma é mais rápida do que a tirania.

Ora, tendo já demonstrado como é prejudicial fixar uma falsa relação de valor entre os metais e já que o assunto me leva a isso, não me parece sair do meu propósito examinar as razões pelas quais não houve, até agora, nenhum povo ou reino que deixasse de querer estabelecer tal relação. Procurarei saber, em primeiro lugar, se isso era necessário; e, tendo demonstrado que não, indagarei por que isso sempre aconteceu.

*Estabelecer essa relação de valor por lei é inútil*

Para demonstrar que é inútil estabelecer por lei tal relação de valor na moeda, assim como o valor dos juros e dos câmbios, John Locke, em seus tratados, usa o argumento de que quando é a natureza das coisas a estabelecê-la, não se deve fazer intervir a lei, porque, ou ela não se afasta da natureza, e é inútil, ou se afasta, e é injusta; e tudo o que é injusto é sempre prejudicial a todos. Mas tal argumento, formulado em termos gerais, não é bom, já que, como qualquer um sabe muito bem, sendo a lei justa uma confirmação da natureza, seguiria que não se deveriam fazer as leis, não se podendo evitar que elas não sejam, ou inúteis, ou más. Por isso, o argumento de Locke tem validade somente naqueles casos em que não se pode temer a violação da natureza, como são os preços dos contratos. A compra e a venda, mesmo na sociedade civil, gozam de plena e natural liberdade, como qualquer outra coisa que dependa do consenso de duas pessoas. A lei não nos pode prescrever aquilo de que precisamos ou devemos gostar, nem suscitar em nós o desejo de com-